



DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS

MESTRADO EM GESTÃO DE EMPRESAS

**A AUDITORIA E A INFORMAÇÃO FINANCEIRA NUM CONTEXTO
DE CRESCIMENTO EM ANGOLA**

Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Gestão de Empresas,
Especialidade em Auditoria Contabilística, Económica e Financeira

Autor: Wilma Jandira Pereira Bravo

Orientador: Professor Doutor Luís Artur Alves Rita

Novembro de 2015

Lisboa



DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS

MESTRADO EM GESTÃO DE EMPRESAS

ESPECIALIDADE EM AUDITORIA CONTABILÍSTICA ECONÓMICA E FINANCEIRA

**A AUDITORIA E A INFORMAÇÃO FINANCEIRA NUM CONTEXTO DE
CRESCIMENTO EM ANGOLA**

Dissertação apresentada à Universidade Autónoma de Lisboa para a obtenção do grau de Mestre em Gestão de Empresas na especialidade de Auditoria Contabilística, Económica e Financeira.

Autor: Wilma Jandira Pereira Bravo

Orientador: Professor Doutor Luís Artur Alves Rita

AGRADECIMENTOS

A Deus pai sublime pelo dom da vida a mim concedido, por comigo estar em todos os momentos e principalmente por me amar e me abençoar mesmo em meio as minhas imperfeições.

Ao meu orientador Professor Doutor Luís Artur Alves Rita, por ter sugerido e interiorizado o objectivo da investigação e pela máxima disponibilidade verificada em cada fase da compilação desta dissertação.

Aos meus pais, familiares, namorado e amigos, por estarem sempre presentes embora distantes, por brindarem-me da sua paciência e principalmente por não me faltarem nos momentos mais difíceis da elaboração da presente tese.

Ao Departamento de Ciências Económicas Empresariais da Universidade Autónoma de Lisboa, na pessoa de Nádia Pereira, pela motivação e contributos permanentes.

Aos meus colegas pelos estímulos incessantes e palavras encorajadoras que foram dando ao longo da elaboração da dissertação, em particular ao Mauro Almeida.

Ao Edgar M. Mesquita, pela ajuda sem igual e pela máxima colaboração.

À Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, mais precisamente à sua Biblioteca, pela disponibilidade e facilidade de pesquisa.

A todas as Organizações Angolanas que se mostraram disponíveis em participar respondendo ao questionário que por mim foi aplicado.

RESUMO

A informação financeira como fonte de criação de conhecimento tem verificado nos últimos tempos uma importância significativa como ferramenta indispensável à tomada de decisão, contribuindo de forma significativa para a sobrevivência das organizações.

Por outro lado e de forma a garantir a sobrevivência das mesmas, é fundamental que tais informações sejam dotadas de excelência, assim é crucial a prática da auditoria no sentido de credibilizar as informações e transmitir confiança aos investidores.

A presente investigação foi desenvolvida no intuito de analisar o nível geral de auditoria no seio das empresas angolanas, mais precisamente no contexto actual em que se verificam níveis económicos relativamente crescentes, bem como perceber de que forma as informações financeiras têm influenciado na tomada de decisão por parte dos responsáveis das organizações e por fim averiguar as possíveis vantagens com a abertura da bolsa de valores.

Primeiramente falaremos acerca da informação financeira, fazendo uma pequena abordagem sobre a sua definição e seus atributos. De seguida vamos abordar sobre a auditoria, dando especial atenção para a auditoria financeira, desde a sua evolução até aos padrões actuais. Procederemos ainda uma análise da auditoria na realidade angolana, ponto este em que faremos um pequeno resumo do que o país é hoje, desde a sua fase de colónia portuguesa a um país livre, independente e crescente.

Como metodologia foi usada a pesquisa exploratória com base em bibliografias e seleção de elementos teóricos, assim como a aplicação de questionários como fonte de recolha de informações mais sólidas acerca dos diferentes assuntos supra citados.

As conclusões apontam para um impacto positivo acerca da prática da auditoria financeira no seio das instituições Angolanas.

Palavras- chaves: Informação Financeira; Auditoria; Auditoria Financeira; Bolsa de Valores.

ABSTRACT

The financial information as a source of knowledge creation has occurred in recent times as a significant key tool for decision making, contributing significantly to an organization's survival.

Furthermore, and in order to ensure the organization's survival, it is essential that such information must be provided to excellence. So the practice of auditing is crucial in order to give credibility to the information and reassure investors

This research was developed to analyze the overall level of auditing within the Angolan firms, precisely in the current context of the country, in which we can follow relative increasing economic levels, as well as to understand how financial information have influenced the decision-making by the leaders of the organizations, and finally find out the possible advantages with the opening of the stock exchange.

First we will talk about financial information, making a brief approach to its definition and its attributes. Then we discuss about auditing, paying particular attention to financial audit, from its evolution up to current standards. We will proceed with an audit analysis in the Angolan reality, and a small summary of what the country is today, from its phase as a Portuguese colony to a free, independent and growing country.

The methodology used was an exploratory research based on bibliographies and selection of theoretical elements, as well as questionnaires as a source to collect a more solid information about the different issues mentioned above.

The results pointed to a positive impact on the practice of financial audit within the Angolan institutions.

Key-words: Financial Information; Auditing; Financial Audit; Stock Exchange.

Lista de Abreviaturas

BNA- Banco Nacional de Angola

BODIVA- Bolsa da Dívida e Valores de Angola

CMC- Comissão do Mercado de Capitais

CONTIF- Plano de Contas das Instituições Financeiras

CPLP- Comunidade dos Países da Língua Portuguesa

DF's- Demonstrações Financeiras

DNC- Departamento Nacional de Contabilidade

DRA- Directrizes de Revisão/ Auditoria

FMI- Fundo Monetário Internacional

FNLA- Frente Nacional de Libertação de Angola

IASB- International Accounting Standards Board

IFAC- International Federation of Automatic Control

IFRS- International Financial Reporting Standards

IAS- International Accounting Standards

ISA- International Auditing Standards

ISO- International Organization for Standardization

MF- Ministério das Finanças

MPLA- Movimento Popular de Libertação de Angola

MRTT- Mercado de Registos de Títulos do Tesouro

NCRF-Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro

OCPCA- Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola

OROC- Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

OTOC- Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

PGC- Plano Geral de Contas

RA- Risco de Auditoria

RC- Risco de Controlo

RD- Risco de Detecção

RI- RiscoInerente

SADC- Southern African Development Community

SCI- Sistema de Controlo Interno

SPSS- Software Statistical Package for the Social Sciences

UNITA- União Nacional de Libertação de Angola

Lista de Quadros

Tabela 1: Caracterização da amostra	36
Tabela 2: Teste T para análise da utilidade da informação da informação financeira na tomada de decisão	38
Tabela 3: Teste Qui-quadrado para análise do fator mais relevante para assegurar a qualidade e credibilidade da informação	39
Tabela 4: Teste Qui-quadrado para análise da hierarquização da importância da informação financeira	40
Tabela 5: Teste Qui-quadrado para análise da importância do controlo interno na gestão eficaz de empresas em países em fase expansionista	41
Tabela 6: Teste Qui-quadrado para análise do conhecimento das organizações acerca da real função das auditorias	44
Tabela 7: Teste T para análise da dimensão da empresa por variáveis de tipo de estrutura orgânica e auditoria	46
Tabela 8: Teste T para análise do montante global no balanço a 31/12/2013 da empresa por variáveis de tipo de estrutura orgânica e auditoria	47
Tabela 9: Teste T para análise da importância do capital aberto para as empresas	49
Tabela 10: Teste Qui-quadrado para análise dos fatores mais relevantes na maior projeção e conhecimento	50
Tabela 11: Teste Qui-quadrado para análise da importância das DR's como elementos informativos para a criação de preceitos que visam o acesso público, bem como assegurar a regularidade dos documentos a serem publicados	51

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO	iv
ABSTRACT	v
Lista de Abreviaturas	vi
Lista de Quadros	viii
CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO	1
1.2 – Objectivos.....	2
1.3 - Metodologia	3
CAPÍTULO II- CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS	6
2.1- A Informação Financeira	6
2.1.1- A Qualidade e a Credibilidade da Informação Financeira	7
2.1.2- Atributos Qualitativos da Informação Financeira	8
2.1.3- Utentes da Informação Financeira	9
2.2- Auditoria	10
2.2.1- Conceitos e História	10
2.2.2- Auditoria Financeira	12
2.2.3- Planeamento de Auditoria	16
2.2.4- A Importância do Controlo Interno	17
2.2.5- Materialidade	19
2.2.6- Risco	19
2.3- Angola.....	21
2.3.1- Enquadramento Histórico.....	21
2.3.2- Economia Angolana.....	23
2.3.3- Bolsa de Valores de Angola.....	25
2.3.4- Auditoria em Angola.....	28
2.3.5- A Contabilidade Como Sistema de Informação	31
2.3.6- A OCPCA Como Forma de Capacitação dos Profissionais	32
CAPÍTULO III - METODOLOGIA E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	35
3.1- Objectivos	35
3.2- Caracterização da Amostra	35
3.3- Respostas aos Objectivos da Investigação	37
CAPÍTULO IV – CONCLUSÕES E LIMITAÇÕES	52

4.1 - Conclusões	52
4.2- Limitações.....	54
BIBLIOGRAFIA.....	55
APÊNDICES.....	59

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

Com a crescente procura de recursos minerais e energéticos por investidores nacionais e estrangeiros e com as políticas económicas adoptadas pelo governo nacional, Angola tem registado um crescimento económico potencial.

A economia angolana registou no período entre 2004 a 2008, um crescimento médio que rondava os 17% ao ano sustentado pelo aumento da produção de petróleo, mas como um dos países afectados pela crise internacional teve as suas taxas de crescimento reduzidas para valores que variavam entre 2,4 e 3,4% no período de 2009 e 2011 respetivamente.

É de notar que a economia angolana continua em fase de crescimento, embora com um ritmo bem mais lento do que se verificou anteriormente. Motivadas por este crescimento, várias são as entidades que pensam em investir no país. Entidades estas na sua maioria de origem estrangeira.

Como empresas estrangeiras, é comum que as mesmas busquem parcerias com empresas que transmitam confiança, situação que só é possível com um nível de clareza nas demonstrações financeiras.

Embora tenha tido uma rápida expansão, o sector financeiro angolano encontra-se subdesenvolvido e por conseguinte a falta de informação financeira fiável ainda limita a eficiência das respetivas actividades.

A indústria financeira angolana apresenta ineficiências estruturais, resultantes da incapacidade dos credores para avaliarem correctamente a fiabilidade creditícia dos potenciais mutuários. A falta de informações financeiras fiáveis em todo o sistema deve-se, em parte, à inexperiência do sector em termos de indústria competitiva e liderada pelo sector privado, situação que é agravada pelas debilidades nas principais instituições do sector, tanto públicas como privadas¹.

¹Banco Mundial- Angola EconomicUpdat- Junho de 2013, nº1, p. ix) (Disponível em: <http://www.worldbank.org/content/dam/Worldbank/document/Africa/Angola/angola-economic-update-june-2013-po.pdf>).

”La información financiera es una de las necesidades esenciales en una economía de mercado. Los agentes deben tener información, fiable y relevante, de las partes con que se relacionan por muchas y diversas circunstancias”².

Na tentativa de acrescentar valor às demonstrações financeiras, surge a auditoria como

“Uma tecnologia contábil aplicada ao sistemático exame dos registros, demonstrações e de quaisquer informes ou elementos de consideração contábil, visando a apresentar opiniões, conclusões, críticas e orientações sobre situações ou fenómenos patrimoniais de riqueza azidental, pública ou privada, quer ocorridos, quer por ocorrer ou propesctados e diagnosticados”³.

Como em qualquer outro país em que a auditoria ainda se encontra em fase iniciante, é frequente que as entidades particulares ou coletivas olhem tal prática como uma maneira de inspecionar as suas actividades. Mediante tal facto, surge a necessidade de responder a seguinte questão:

- *Que papel desempenha a auditoria financeira em sociedades com níveis económicos crescentes?*

1.2 – Objectivos

Angola é um país que encontra-se em paz efectiva desde 2002, e como tal é notória a sua estabilidade económica uma vez que tem registado taxas de crescimento na ordem dos dois dígitos.

No intuito de desconstruir estereótipos negativos acerca do país surge a auditoria como um primeiro passo, visto que com o surgimento de um número maior de sociedades anónimas a nível nacional, a prática de auditoria passará a ser cada vez mais comum a nível da economia angolana.

Assim sendo, surge o presente trabalho como forma de elucidar todos aqueles que tiverem acesso ao mesmo sobre a real necessidade da prática de auditoria dentro das sociedades. O mesmo discorre sobre a actividade de auditoria financeira, verificando a real situação em Angola, o papel dos profissionais da área, as suas opiniões sobre o que já foi feito, o que está em curso e o que ainda está por fazer-se.

²ARCENEGUI, J. A., GÓMEZ, I., & MOLINA, H. (2009). *Manual de Auditoría Financiera*. Spain: Descée.

³ SÂ, A. L. (2002). Curso de Contabilidade. Brasil: Atlas.

³ SÂ, A. L. (2002). Curso de Contabilidade. Brasil: Atlas.

De forma sucinta o trabalho tem como objetivo analisar o nível geral de auditoria nas empresas angolanas, bem como o seu comportamento num contexto de crescimento. Assim, como objetivos específicos temos os que se seguem:

- Procurar perceber como a informação financeira tem influenciado na tomada de decisão na gestão das empresas;
- Entender ainda, qual é a importância e qual é o grau de utilidade que os gestores têm dado à auditoria;
- Saber quais são os motivos da não contratação dos serviços de auditoria externa por parte dos gestores;
- Expor quais serão as possíveis vantagens da profissão com o pleno funcionamento da bolsa de valores;
- Por fim e não menos importante, saber o que pensam os auditores sobre o futuro da auditoria em Angola.

1.3 - Metodologia

O presente trabalho consiste numa pesquisa exploratória com base em bibliografias e seleção de elementos teóricos. Para tal, tivemos como base livros e artigos de autores e instituições de renome dotados de conhecimentos em matérias relacionadas com a auditoria, contabilidade, economia, finanças, crise financeira e gestão empresarial com o intuito de constituir uma abordagem sólida a nível teórico-bibliográfica relacionada com a tese.

No que concerne a parte prática, procedemos um estudo empírico tendo como técnica de recolha de dados um questionário de forma a obter respostas a questão inerente ao mesmo trabalho. Assim, o estudo visa conhecer uma população em que a prática do questionário é recomendada, uma vez que permite quantificar os dados e correlaciona-los, bem como a partir do número de inqueridos satisfazer a sua exigência de representatividade.

Neste contexto, o questionário é constituído por uma série lógica de questões que pretendem analisar o impacto da informação financeira na tomada de decisão, a prática de auditoria no seio das empresas angolanas bem como algumas mudanças que podem advir com a bolsa de valores no ativo, dando bases para responder aquela que é a questão chave do trabalho:

“Que papel desempenha a auditoria financeira em sociedades com níveis económicos crescentes?”

Assim, e no sentido de responder a tal questão, surgem as hipóteses visando testar e prever a natureza das possíveis respostas. Neste contexto a presente investigação tem como hipóteses as que se seguem:

H1- A informação financeira transmite a real situação da empresa permitindo aos seus utilizadores uma maior tomada de decisão;

H2- O controlo interno é fundamental para uma gestão eficaz de empresas em países em fase expansionista;

H3: Os responsáveis das organizações não conhecem a real função das auditorias;

H4- A prática da auditoria financeira está relacionada de forma positiva com a dimensão da empresa e com o tipo de estrutura orgânica;

H5- Empresas com capital aberto que têm a auditoria como base de transparência verificam um maior crescimento financeiro.

Ainda em relação ao questionário, o mesmo encontra-se constituído por quarenta e seis questões agrupadas em cinco séries distintas em que constam os seguintes elementos:

Série A- Informação pessoal do inquirido- consiste na caracterização do inquirido, englobando questões relacionadas com o nome, endereço, sector de actividade, números de colaboradores e estrutura orgânica;

Série B- Imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras- está composta por questões que têm como objetivo analisar a importância da credibilidade das demonstrações financeiras;

Série C- Avaliação do sistema do controlo interno- caracteriza-se por questões que visam obter informações acerca da utilização dos sistemas de controlo interno dentro das empresas;

Série D- Auditoria interna- está composta por questões elaboradas de maneira a reter informação que caracteriza as empresas em que os inquiridos trabalham, questões estas relacionadas com a criação, formação, manual e independência da auditoria interna;

Série E- Bolsa de valores- nesta última série as questões foram criadas de formas a analisar a necessidade do funcionamento da bolsa de valores.

Para a recolha de dados o questionário foi feito com base em páginas na internet usando o Google Drive, sendo que na maioria dos casos a mesma foi feita de forma pessoal e escrita. Por conseguinte, a organização do questionário é a mais clara possível e as questões têm o formato do tipo fechadas (sim; não); múltiplas escolhas e fechadas; possui ainda questões de escala de concordância total/ discordância total com opções limitadas e fechadas.

Como fase experimental, o questionário foi enviado a um universo de quatro pessoas para análise da sua compreensão, sendo que algumas pessoas eram ligadas a área de contabilidade e de auditoria, as outras eram profissionais de outras áreas, todas de nacionalidade angolana. Após o envio obtivemos duas respostas correspondendo a 50% dos enviados.

A nível da recolha propriamente que serviu de base para a obtenção dos resultados da nossa pesquisa, a recolha foi feita numa primeira fase via mail num universo de 600 entidades, o que não surtiu quase efeito nenhum. Assim, de formas a obtermos resultados mais significativos, recorreremos a recolha de forma pessoal e escrita no país em estudo (Angola), método que resultou num universo mais abrangente a nível de participações, que corresponde ao número total de 65 entidades.

Para o tratamento dos dados obtidos através do questionário, tivemos como recurso o programa informático SPSS e o Microsoft Excel.

CAPITULO II- CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

2.1- A Informação Financeira

O final do século XX revelou-se como uma época de grandes mudanças, obrigando a sociedade em geral a profundas alterações e, por conseguinte, a um permanente esforço de atualização do seu conhecimento e das formas de estar.⁴

Neste ambiente complexo, turbulento e em constante mutação, a informação surge como um recurso vital à sobrevivência das organizações, permitindo minimizar a incerteza associada a tomada de decisão⁵.

Sendo a informação uma necessidade quotidiana, quer no campo pessoal, quer no campo empresarial, as normas ISO estabelecem que informação é o significado que o homem atribui aos dados por meio das convenções utilizadas na sua representação.

De acordo com Costa e Alves (2013, p. 41), “em todos os atos da nossa vida, mesmo nos mais elementares, precisamos de informação, a qual, constituindo um dos principais vetores da sociedade atual, se torna mesmo vital para a tomada de grande número de decisões”.

Nos dias que correm e segundo (Borges, Rodrigues e Morgado, 2002, p. 12), “pode dizer-se que vivemos numa ‘era de informação’ que influencia os comportamentos, afeta as culturas e obriga a um esforço permanente de obtenção de novos conhecimentos e saberes, sem os quais corremos o risco de exclusão como agentes do desenvolvimento económico e social”.

Ainda com base nos mesmos autores, a ideia de informação é ambígua e multifacetada, podendo de tal modo se referir a conjunto de dados em bruto, como a dados organizados ou ainda, como a capacidade de um canal de comunicação.

A nível empresarial, a informação estabelece um ‘ativo intangível’ tendente à criação de conhecimento, que é um fator cada vez mais decisivo no progresso e êxito das organizações.

⁴BORGES, A., RODRIGUES, A., & MORGADO, J. (2002). *Contabilidade e Finanças para a Gestão*. Lisboa: Áreas Editora.

⁵Dantas, J., & Coelho, A. (2007). *O Jogo Do Futuro- Por uma competitividade sustentável*. Lisboa: Vida Económica.

É de salientar que nem sempre foi assim, pois no passado a informação na empresa preocupava-se apenas com a divulgação dos factos patrimoniais, hoje a mesma altera a estrutura da concorrência, a competitividade das organizações e estende-se a todos os sectores.

Como já deu para perceber a informação dentro da organização vem sofrendo alterações no que concerne ao seu grau de utilidade, assim, empresas que tenham ao seu dispor atempadamente informações em quantidade e em qualidade mais elevadas, apresentam mais eficiência em termos de gestão.

Financeiramente a informação vai funcionar como um suporte para a realização da análise da situação financeira, económica e monetária das empresas e a gestão e o controlo orçamental, fundamentais para a apreciação do desempenho da gestão.

2.1.1- A Qualidade e a Credibilidade da Informação Financeira

A imposição da necessidade de recolha, tratamento e armazenamento da informação sempre esteve presente nas empresas. Tal facto era necessário para que os utentes tivessem o devido conhecimento destas mesmas empresas.

A informação financeira é um bem público da maior relevância. Permite, de forma sustentada, todo o tipo de decisões financeiras que contribuem para o bem-estar de toda a sociedade e de toda a qualidade de vida de que atualmente se usufrui⁶.

Mediante tal facto, a informação será sempre considerada um instrumento indispensável até ao momento em que será submetida a uma análise independente que atestará a sua excelência, visto que a qualidade das decisões encontram-se intimamente dependentes da qualidade da informação.

De forma global para que a informação seja útil ela deve ser munida de credibilidade permitindo aos seus utilizadores a retirada de conclusões confiáveis

“Em termos gerais podemos, portanto, afirmar que todo e qualquer tipo de informação deve ser credível de forma a que os utilizadores a quem a mesma se destina possam retirar conclusões idóneas”(Costa & Alves, 2013, p.42).

⁶Carvalho, P. M. (Abril-Junho de 2013). Revista Revisores e Auditores. Continuidade Estudo de um Caso, p. 22.

Assim, e como forma de credibilizar às demonstrações financeiras é usual as empresas recorrerem aos serviços prestados por entidades externas, conhecidas internacionalmente por auditores.

2.1.2- Atributos Qualitativos da Informação Financeira

Toda demonstração financeira deve apresentar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira, assim, e de acordo ao *Framework* do IASB toda a informação financeira deve possuir determinadas características qualitativas as quais mais não são do que os atributos que tornam a informação proporcionada pelas demonstrações financeiras úteis aos seus utilizadores. Assim sendo, podemos subdividir tais requisitos em dois grupos de características, isto é;

1- Características primárias

a) Relevância

Está relacionada com a diferença que a informação financeira deve fazer na tomada de decisão, podendo a mesma ser afetada pela sua natureza e materialidade.

Neste contexto, a informação prestada deve ser pertinente e dotada de valor previsional, valor retroinformativo e preparada de forma tempestiva visto que a informação é material quando a sua omissão ou inexatidão influenciam as decisões económicas dos utilizadores tomadas na base das demonstrações financeiras.

b) Fiabilidade

Para ser digna de confiança a informação deve ser verificável, íntegra, objectiva e prudente representando assim, as operações e demais acontecimentos que ela pretende representar.

2- Características secundárias

a) Comparabilidade

Vem marcar as semelhanças e diferenças, sendo entendida como a capacidade que a informação financeira tem de poder comparar resultados diferentes que correspondem a diversas realidades.

b) Consistência

Está relacionada com a uniformidade, assim, os princípios, as políticas e procedimentos contabilísticos devem ser aplicados de forma homogénea ao longo do período.

c) Compreensibilidade

Faz menção a clareza, objetividade e a fácil compreensão da informação proporcionada pelas contas aos seus utilizadores, o que permite-lhes captar, localizar e compreender os elementos que interessam.

2.1.3- Utentes da Informação Financeira

Com o crescimento das empresas em dimensão e complexidade, com o aumento da necessidade de capital e com o desenvolvimento dos mercados de capitais é comum associar a auditoria a necessidade de prestação de contas, visto que com a revolução industrial desencadeou-se uma separação entre os proprietários das empresas e os gestores.

Assim é cada vez mais crucial que as informações financeiras sejam preparadas com a finalidade de proporcionar informação útil para o mais variado leque de destinatários. Na realidade, estes destinatários fazem uso da informação quando pretendem tomar decisões económicas com vista a satisfação das suas variadas necessidades. De maneira resumida temos:

Utilizador interno	Necessidade da informação
Órgão de gestão	Assumir responsabilidade de: -Planeamento; Tomada de decisão e Controlo.
Trabalhadores	- Avaliar a estabilidade e rendibilidade das entidades, - Capacidade em proporcionar remunerações, pensões de reforma e oportunidade de emprego.
Investidores (sócios/ accionistas)	-Determinar a capacidade da empresa para pagar os seus dividendos.
Utilizador externo	Necessidade da informação
Investidores (excepto sócios/accionistas)	-Determinar se devem deter ou vender os seus investimentos.
Mutuantas	Determinar se a cedência de capital e o seu correspondente rendimento, serão pagos nas respetivas datas de vencimento.

Fornecedores e outros credores comerciais	Ponderação do risco de crédito.
Clientes	Analisar a continuidade da empresa, principalmente quando tem envolvimento de longo prazo, dependência e adiantamentos significativos.
Governo e seus departamentos	Determinar a política de distribuição dos recursos, regular o sector de actividade em que a empresa se insere.
Público	Análise de tendência e desenvolvimento recente na prosperidade da empresa, responsabilidade social da empresa.

Fonte: Elaboração própria com auxílio dos estudos.

2.2- Auditoria

2.2.1- Conceitos e História

A palavra Auditoria deriva etimologicamente do latim “Audire” que significa ouvir, do verbo inglês “to audit” que significa revisar, examinar, verificar e certificar (Pinheiro, 2010, p.23).

Para Attie (2011, p.5) “a auditoria é uma especialização contábil voltada a testar a eficácia do controle patrimonial implementado com o objetivo de expressar uma opinião sobre determinado dado”.

Assim como a contabilidade a auditoria também começa em época bastante remota, pois vários são os autores que a referenciam por volta do ano 4000 a.C., na Babilónia, no Egipto e na China, principalmente relacionada com o controlo dos responsáveis pelas receitas públicas.

No passado, isto antes da revolução industrial, a auditoria não passava de uma prática rudimentar, pois consistia no apuramento da exatidão dos registos que eram efetuados separadamente e depois eram comparados.

Durante este período a única preocupação centrava-se na honesta utilização dos fundos, pois a indústria baseava-se em pequenas actividades cuja propriedade era de quem as explorava dispensando a necessidade de elaboração de relatórios a terceiros e consequentemente, destes serem auditados. Assim sendo, a auditoria tinha como principal objetivo a detecção de erros e fraudes na utilização destes fundos.

Com o passar do tempo a auditoria deixou de ter com objetivo a detecção de fraudes tendo este virado apenas o objetivo primário.

A auditoria como modernamente é entendida, teve início na Inglaterra no séc. XIX, como consequência da revolução industrial. Isto é, as empresas passaram a apresentar dimensões cada vez maiores e níveis de complexidade mais elevados em que era necessário a existência de controlos internos para assegurar a eficiência dos funcionários e a prevenção das irregularidades.

A maior parte destas empresas eram sociedades anónimas, facto que implicou que as demonstrações financeiras das mesmas fossem auditadas antes da sua apresentação aos acionistas, tornando-se a auditoria obrigatória para este tipo de sociedades, a partir de 1900 na Inglaterra.

Durante este período cada vez menos foi se reconhecendo por parte dos profissionais de auditoria a responsabilidade na detecção de erros e fraudes, tais práticas passaram a ser de responsabilidade dos órgãos de gestão das empresas, tendo agora a auditoria como objetivo a credibilização dos relatórios financeiros.

Embora o objetivo da auditoria se tenha tornado a verificação da verdade e da razoabilidade da informação contida nos relatórios financeiros, é fundamental que os auditores no decorrer das suas actividades incluam expectativas razoáveis na detecção de relatórios incorretos em resultado de fraude e caso as mesmas existirem, que se verifique a sua materialidade.

Ainda em relação a auditoria a sua prática também foi verificada nos Estados Unidos e Canadá como consequência da colonização inglesa e do grande desenvolvimento industrial verificado nesses países. Por conseguinte, com a progressão das multinacionais em direção à América Latina a auditoria estendeu-se a esses países, uma vez que para a emissão de um parecer em relação as contas consolidadas era necessário que os auditores auditassem as respetivas subsidiárias.

É de notar que na Europa o desenvolvimento da prática da auditoria não foi tão pronunciado, embora existam países do Centro e Norte Europeus que encontram-se mais avançados, como o caso da Grã-Bretanha e da Holanda.

Um pouco mais tarde, isso nos anos 90 e em consequência dos baixos rendimentos advindos da profissão de auditoria, várias foram as entidades que se destinavam a essa prática que com base nas condições de mercado vividas no momento, passaram a prestar serviços nada relacionados com a auditoria pondo em causa a independência dos profissionais da área.

A auditoria sofreu bastantes mudanças em consequência de grandes escândalos fraudulentos que terminaram em falências de grandes empresas em termos de capitalizaçãobolsista dos Estados Unidos como é o caso da Enron. O caso era chocante, visto que a mesma teve colapso após receber uma opinião limpa por parte dos auditores.

A informação não era igual para todos, visto que a empresa continuava a encorajar os seus colaboradores a investir as suas poupanças e reformas em ações, enquanto os seus órgãos do topo vendiam as suas posições fruto da informação privilegiada que tinham sobre a real situação da empresa.

É assim que na tentativa de restaurar a confiança dos investidores e impulsionar o mercado de capitais, em 2002 é aprovada pelo então presidente dos Estados Unidos George W. Bush a lei Sarbanes-OxleyAct (SOA). Tal lei possui penalizações e deveres extensivos não só para auditores como também para diretores, administradores, advogados e analistas de valores mobiliários.

Como a vida não é estática e como tudo sofre mudanças, com a auditoria não foi diferente, varias foram as suas alterações. É assim que nos dias de hoje auditoria tornou-se um meio indispensável de confirmação da eficiência dos controlos e factor de maior tranquilidade para a administração e para os investidores, bem como para órgãos do governo, que têm nela o coactor eficiente para ocasionar o atendimento de toda a legislação a que estiverem sujeitos.

2.2.2- Auditoria Financeira

A incerteza no mundo dos negócios nos tempos de hoje está cada vez mais visível. Se antes uma reflexão estratégica já era importante, nos dias que correm são diversos os fatores que fazem com que se tenha tornado substancial a qualquer negócio.

Com a auditoria não é diferente, pois, todas as decisões tomadas hoje pelos auditores vêm a ter múltiplos efeitos sobre o futuro, salientando que não dependem só da avaliação por

parte do auditor de factos presentes, mas também da evolução futura de processos que o mesmo não controla, factos estes que ainda não se conhece.

Oriunda do sistema capitalista, a auditoria externa ou financeira surgiu, da necessidade de onerosos investimentos por parte das empresas, obrigando as instituições a recorrerem a recurso de terceiros. Essa necessidade deveu-se pelo facto das empresas deixarem de ser fechadas e de pertencerem a grupos familiares, em consequência da expansão mercado e da acirrada concorrência.

No entanto, para que as empresas conseguissem tais investimentos, os futuros investidores careciam de conhecimento sobre a posição patrimonial e financeira, a capacidade de gerar lucros e como estava sendo efetuada a administração financeira das mesmas empresas. Como fruto desta situação, as demonstrações financeiras passaram a merecer uma maior importância e, como medida de segurança, os investidores começaram exigir que essas fossem examinadas por um profissional independente da empresa e dotado de competência para emitir a sua opinião sobre essas demonstrações.

Assim sendo, surge a auditoria financeira como forma de dar credibilidade às peças financeiras, consistindo num exame sistemático e crítico à direção da empresa e às demonstrações financeiras e documentação que as suporta⁷.

A auditoria financeira, segundo Attie (2011, p.5) (...) “visa às informações contidas nessas afirmações, assim é evidente que todos os itens, formas e métodos que as influenciam também estarão sendo examinados.

Vários são os autores que consideram a auditoria financeira como uma técnica que consiste na obtenção de elementos de convicção que visam proporcionar um julgamento das demonstrações financeiras de uma entidade, assim como os seus registos financeiros de maneira a verificar se os mesmos foram produzidos de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e por conseguinte, verificar se tais acontecimentos refletem adequadamente a situação económico-financeira do património, os resultados do período examinado e as demais situações e informações nelas demonstrados e constantes das notas explicativas.

⁷BARATA, A. d. (1996, p.75). *Contabilidade Auditoria E Ética Nos Negócios*. Lisboa : Editorial Notícias.

Pode-se ainda entender a auditoria financeira de uma forma genérica, como um processo que permite facultar segurança sobre a fiabilidade da informação contida nas demonstrações financeiras, o que permite identificar se a empresa segue ou não as NCRF.

Segundo SÁ (2002, p. 21) “a auditoria contábil é uma tecnologia que se utiliza da revisão, da pesquisa, para fins de opinião e orientação sobre situações patrimoniais de empresas e instituições.

Ainda em relação a mesma, vários são os autores que afirmam que fazem parte dos seus objetivos a exposição de um parecer sobre as afirmações ocultas nas demonstrações financeiras, sendo estas afirmações consideradas como o seu objecto.

A mesma tem ainda como objectivo averiguar a exatidão, autenticidade e a integridade das demonstrações financeiras, ou seja, visa garantir que as demonstrações financeiras de uma empresa representem de forma verdadeira e apropriada a sua situação financeira.

Deste modo, a auditoria financeira abrange o exame de documentos, de livros e registos financeiros, realização de inspeções e confirmações internas e externas, referentes ao controle do património. Abrange ainda, outros exames que os auditores presumem ser necessários, em cada circunstância, de forma a alcançar elementos de convicção.

Ao emitir a opinião, deseja-se que a mesma seja íntegra e imparcial, neste contexto, os auditores precisam privilegiar não apenas a empresa mas também os utilizadores externos da informação financeira.

Mediante tal facto, são vários os interessados na auditoria financeira, sendo estes:

- a) À administração: porque tem nas contas um indicador por excelência, o que permite gerir com maior segurança os seus negócios, o que permite:
- Fiscalizar a eficácia dos controles internos;
 - Assegurar uma maior correção e confiança nos registos financeiros;
 - Dificultar os desvios de bens patrimoniais e pagamentos indevidos,
 - Possibilitar a apuração de omissão nos registos das receitas e nos recebimentos;
 - Colaborar para a obtenção de melhores informações sobre a real situação económica, patrimonial e financeira das empresas;
 - Apontar falhas na organização administrativa das empresas e nos controles internos;

- Contribui para a correção e solução das falhas.

b) Aos investidores (actuais e potenciais), financiadores, sindicatos, administração pública e cidadão em geral, visto que:

- Colabora para a uma maior exatidão das demonstrações financeiras;
- Assegura maior transparência nas informações sobre a empresa;
- Aumenta a credibilidade das demonstrações financeiras e notas explicativas;
- Contribui para uma maior proteção dos bens e direitos da empresa;
- Auxilia na identificação de passivos contingentes e ocultos.

Normalmente as auditorias financeiras são feitas para que as pessoas confiem nas contas e estejam dispostas por isso a investir nas empresas para as ajudar a crescer. As mesmas são executadas por profissionais independentes ou equivalentes (Empresas de auditoria) em relação à empresa e atinge a máxima expressão na revisão legal de contas, incidindo normalmente sobre as contas anuais o que lhes da credibilidade.

Neste contexto, surge o auditor/revisor, que é a pessoa responsável pela validação da informação financeira produzida e divulgada pelas empresas, diminuindo o risco da informação difundida conter erros ou omissões significativas.

Várias são as funções do auditor, partindo do princípio de que uma auditoria é feita com base numa amostra e não numa base integral. Assim, ao analisar as demonstrações financeiras, o mesmo auditor deverá, também, averiguar se tais demonstrações foram elaboradas de acordo com as NCRF, sendo que estas deverão ser encaradas como “guias/imposições” para a prossecução da auditoria.

Deste modo, para a auditoria ser dotada de confiança e ser eficaz, ela precisa ser efetuada por alguém que seja independente das pessoas cujo trabalho está sob seu exame, de forma que não venha a ser compungido pela posição dessas pessoas, que não simpatize com seus pontos de vista, ou seja, atemorizado por seu poder, a ponto de influenciar sua própria certeza de que seus procedimentos ou conclusões possam ser, de qualquer forma, afetados.

O trabalho do auditor financeiro é de bastante singularidade pois resulta de estes exprimirem a opinião de alguém abnegado, imparcial e independente, o que representa uma

garantia e uma grande vantagem quanto à credibilidade das contas para os acionistas, credores, Estado e público em geral.

Com efeito, de uma maneira geral, os auditores não são contratados para descobrir erros e fraudes, nem o seu exame garante que sejam evitados, o que não obsta a que devam estar atentos à sua ocorrência e, em caso afirmativo, organizem programas especiais para averiguar a sua extensão, montante e repercussão, nas demonstrações financeiras, (Barata, 1996).

2.2.3- Planeamento de Auditoria

Por planeamento entende-se o desenvolvimento de uma estratégia geral e de uma metodologia detalhada quanto às esperadas natureza, tempestividade e extensão da revisão/auditoria, de modo que os respetivos trabalhos sejam executados de uma maneira eficiente e tempestiva⁸.

De notar que trata-se de um processo coerente e ordenado, referindo-se ao futuro, com antecipação dos acontecimentos do ambiente externo, sujeito a revisão que vem para auxiliar a tomada de decisão.

Qualquer que seja a dimensão da organização a ser examinada, o profissional necessita projectar o seu trabalho de formas que o balançoseja conduzidode uma maneira persuasiva. Deste modo, o planeamento em auditoria abarca o desenvolvimento de uma estratégia global de trabalho a realizar, instituindo qual (...) “a natureza, a extensão, a profundidade e a oportunidade dos procedimentos a adotar, com vista a atingir o nível de segurança que deve proporcionar e tendo em conta a sua determinação do risco da revisão/auditoria e a sua definição dos limites de materialidade” (DRA 300, p.2), que permita ao auditor expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras (DF’s) a apresentar aos seus utentes.

Para Attie (2011, p.27) o planeamento “ é o alicerce sobre o qual todo o trabalho deve ser fundamentado (...)e estabelece antecipadamente o que deve ser feito, como, onde, quando e por quem, em um nível de detalhes suficiente, sem perder em múltiplos detalhes a essência do significado global”.

Ainda em relação ao planeamento, a DRA 300 vem estabelecer que um plano de auditoria deve abarcar entre outros os seguintes aspectos:

⁸ Manual do Revisor Oficial de Contas-Directriz de Revisão/Auditoria 300- Planeamento (Junho de 1999) (Disponível em: <http://www.infocontab.com.pt/download.../DRA/DRA300.pdf>).

- Conhecimento do Negócio;
- Conhecimento dos Sistemas Contabilístico e de Controlo Interno;
- Risco e Materialidade;
- Natureza, Tempestividade e Extensão dos Procedimentos.

2.2.4- A Importância do Controlo Interno

Nos últimos tempos é cada vez mais comum ouvir-se notícias relacionadas com fraudes, escândalos financeiros e outras práticas que afectam a continuidade das empresas. Tais práticas são na sua maioria associadas a negligência generalizada com os controlos empresariais.

Pertencente as fases primordiais de todo o trabalho de auditoria, o controlo interno surge como parte integrante do planeamento e como forma de garantir a continuidade do fluxo de operações e informações propostos. Assim, será considerado controlo interno todas as medidas e processos de actuação efectivadas pela gestão(...) “para proteger o seu património, verificar a exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a adesão à política traçada pela administração”Attie(2011, p 188).

Em termos gerais podemos considerar que o controlo interno inclui, controlos que podem ser peculiares tanto à contabilidade como à administração, como:

- Controlos administrativos- aqueles relacionados com o alcance dos objetivos da empresa, ou seja, ao plano organizacional.
- Controlos contabilísticos- correspondente a todas as medidas necessárias para resguardar o património da empresa e a fidedignidade dos registos contabilísticos.

Neste contexto qualquer empresa possui na sua gestão controlos internos, sendo que será mais sofisticado quanto mais complexa for a organização.

Como já deu para perceber, o controlo interno não restringe-se a evitar práticas fraudulentas, sendo considerado função importante ao suporte da gestão empresarial. Para melhor desenvolver o controlo interno torna-se necessário saber como funciona a organização no geral, sendo fundamental entender quais são as suas limitações e os seus componentes de

risco. De forma a garantir uma melhor percepção quer a DRA 410 como a ISA 315 vêm enunciar cinco componentes do controlo interno, assim temos:

- Ambiente de controlo – que consiste na caracterização da cultura da entidade;
- Avaliação de riscos relevantes- dizendo respeito tanto aos internos como aos das condições envolventes externos;
- Procedimentos de controlo- enunciando as políticas e procedimentos de forma a garantir a observância das orientações da gestão e o alcance dos seus objetivos;
- Informação e comunicação- que identifica a informação estratégica e adequada a sua comunicação; e
- Monitorização- que consiste no acompanhamento do seu próprio desempenho.

O controlo interno é imprescindível para que o profissional de auditoria possa fundamentar o seu relatório. Assim, além de permitir maior credibilidade, segurança e integridade para os administradores e contabilistas, ele também reduz a possibilidade de riscos e irregularidades e assegura que os funcionários cumpram com as normas exigidas pela empresa.

Os controlos internos são de real importância para a empresa, pois da veracidade dos mesmos depende a determinação da natureza, tempestividade e extensão dos procedimentos de auditoria. Por conseguinte ao confiar em um SCI, o auditor entende que ele é capaz de produzir informação confiável e, sobre tudo, colaborar de forma significativa para a redução do risco de auditoria.

É de salientar que a existência de um Sistema de Controlo Interno (SCI) na empresa não significa que este esteja operacional, seja eficaz e dotado de eficiência. Por conseguinte, por mais que seja eficaz o controlo interno, o auditor deve sempre aplicar procedimentos mínimos de auditoria, pois sendo uma prática humana qualquer que seja o controlo terá limitações.

2.2.5- Materialidade

A decisão relacionada com a estratégia a adoptar pela empresa é resultado de um planeamento adequado, assim a materialidade e o risco de auditoria são matérias de real importância.

O julgamento da materialidade deve ser utilizado para estabelecer um limite para os elementos individualmente significativos, determinar o tamanho das amostras e avaliar as asserções obtidas num trabalho.

Podemos considerar a materialidade como “um conceito de significado e importância relativos de um assunto, quer considerado individualmente, quer de forma agregada, no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo”⁹. Ainda em relação a materialidade a mesma DRA 320 estabelece que “uma informação é materialmente relevante se a sua omissão ou distorção puder influenciar as decisões dos utilizadores das demonstrações financeiras”.

A materialidade no planeamento da auditoria difere muitas vezes da materialidade na avaliação da conclusão da auditoria, visto que a planeada baseia-se em estimativas de determinados indicadores e circunstâncias que devem, e podem ser reavaliadas no fim do trabalho de auditoria.

É de frisar que a sua determinação por parte do profissional de auditoria é matéria de julgamento profissional e está intimamente ligada com o seu entendimento das necessidades de informação financeira dos utentes das demonstrações financeiras.

2.2.6- Risco

Decorrente do maior ou menor nível de incerteza sobre a probabilidade da ocorrência futura de ações ou acontecimentos que possam afetar de forma relevante e negativa os objetivos e resultados esperados de uma dada organização, o risco traduz a possibilidade de uma perda.

Com base na ISA 320, o risco de auditoria significa “o risco de o auditor expressar uma opinião de auditoria inapropriada quando as demonstrações financeiras estão materialmente distorcidas”.

⁹Manual do Revisor Oficial de Contas- Directriz de Revisão/Auditoria 320- Materialidade de Revisão/Auditoria (Dezembro de 1999) (Disponível em: <http://www.infocontab.com.pt/download/DRA/DRA320.pdf>).

A DRA 400 diz-nos que o risco de auditoria será uma fusão de três componentes:

- Risco das demonstrações financeiras conterem distorções materialmente relevantes.

Tal risco compreende o risco inerente e o risco de controlo;

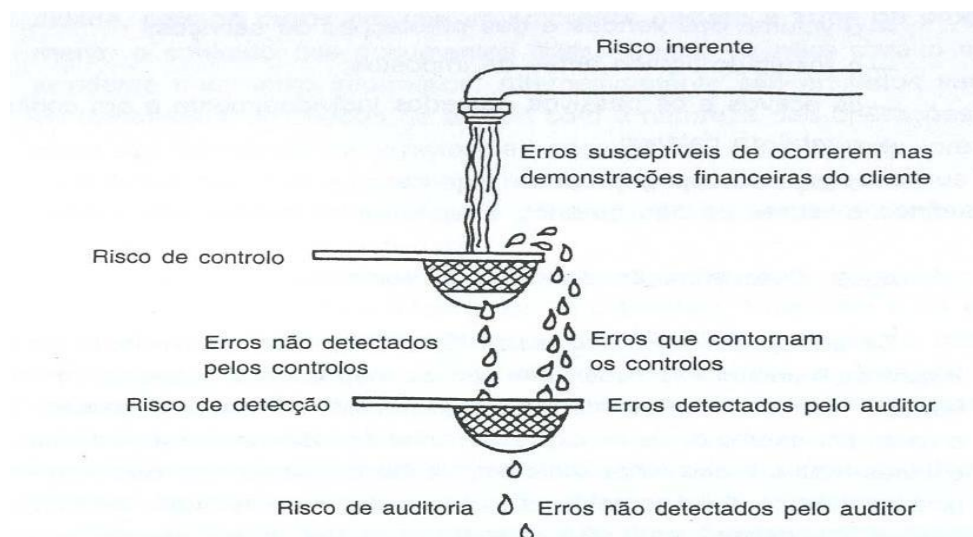
- Risco do auditor não identificar tais distorções, compreendendo este o risco de detecção.

a) Risco inerente: é a suscetibilidade de um saldo de conta ou classe de transações conter distorções materialmente relevantes, quer individualmente ou quando agregada com outras distorções, presumindo que não haja outros controlos relacionados;

b) Risco de controlo: é o risco de que possa ocorrer uma distorção numa asserção e que possa ser material, individualmente ou quando agregada com outras distorções, que não seja evitada ou detectada e corrigida tempestivamente pelo controlo interno da entidade.

c) Risco de Detecção: é o risco resultante dos procedimentos do auditor não conduzir á detecção de erros e inconformidades relevantes que existam e afetam os saldos e transações, ou seja, é a possibilidade do auditor não detectar no decorrer dos seus trabalhos erros ou fraudes materialmente relevantes.

Esquemáticamente temos:



Fonte: Costa, p.212 (2010)

A nível matemático o risco de auditoria pode ser expresso pelo produto dos seus componentes, sendo que apenas depende diretamente do auditor o risco de detecção, isto é:

$$RA = RI \times RC \times RD$$

O nível aceitável de risco de detecção está em uma relação inversa para avaliação do risco de distorção material ao nível de asserção.

Assim, para um dado nível de risco de auditoria aceitável se o auditor considerar alto o risco de distorção material, deverá correr o mais baixo risco de detecção possível, o que significa que deverá alargar a extensão dos procedimentos. Mas se pelo contrário, o auditor avaliar como baixos o risco inerente e o risco de controlo, poderá correr o mais alto risco de detecção possível, significando que não necessita de realizar um exame tão alargado e profundo.

Assim da expressão matemática resulta:

$$RD = RA / (RI \times RC)$$

Por fim podemos considerar o risco de auditoria como relativo, porque não é uma coisa padronizada, não se manifesta de maneira idêntica, ao contrário disto, manifesta-se de diferentes formas dependendo das variadas transações da organização.

2.3- Angola

2.3.1- Enquadramento Histórico

Angola ou República de Angola como oficialmente é denominada, é um país da costa ocidental da África com uma população de 21,47 milhões de habitantes.

De acordo com a constituição de 5 de fevereiro 2010, o Estado angolano é definido como Democrático de Direito, enquanto que no plano internacional, Angola é desde os primórdios (1978-1980) membro fundador da Comunidade para o Desenvolvimento de África Austral (SADC- Southern African Development Community)¹⁰.

Pertencente a África Lusófona, o país faz parte dos cinco estados membros da “Comunidade dos Países da Língua Portuguesa-CPLP” cuja sede encontra-se em território português.

¹⁰Santos, A. C. (Outubro de 2012, p.44). A tributação do consumo em Angola: rumo à adoção do IVA? OTOC.

Antes de falar de uma Angola livre, moderna e em vasto crescimento devemos lembrar que a mesma foi durante um longo período de tempo colónia portuguesa. E como tal viu as suas relações a terem início no século XV fruto da chegada dos portugueses ao sudoeste africano.

Numa primeira fase a exploração por parte dos colonizadores era motivada pelo desejo de evangelização e possibilidade de obtenção de ganhos com base no comércio territorial. Nesta altura o território que corresponde a Angola de hoje era composto por grupos etnolinguísticos diferentes, variando em tamanho, nível de desenvolvimento económico e grau de organização política, estando interligados através do comércio.

Embora interligados pelo comércio eram bem visíveis as suas diferenças, facto este que levou os colonizadores a confrontarem-se com a insubmissão e rebeldia dos grupos nativos. Esta situação só veio a piorar com o lançamento de Portugal na ocupação do interior, isto nos finais do século XIX sendo este o período de facto da dominação colonial, culminando com os cinco séculos de ocupação.

Como na generalidade da África Negra, Angola também despertou para independência dando início ao processo de descolonização no século XX, opondo-se ao domínio português. É assim que a partir da década de 50 surgem movimentos messiânicos de origem rural e movimentos associativos e culturais nas cidades, primeiro, e depois organizando-se em grupos políticos¹¹, destacando-se o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e mais tarde a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA).

De acordo com Maria (2015, p.98), (...) o governo português, ao contrário dos das outras potências coloniais, era surdo ao protesto nacionalista. Perante a repressão colonial e obstinação o regime fascista português em abordar a questão da descolonização, os angolanos organizaram-se no exterior e no interior para a luta armada.

É assim que em 1961 verificam-se as primeiras acções violentas pela independência de Angola do domínio Português.

Em 11 de Novembro de 1975, Angola ainda mesmo entre o toar dos canhões, proclamaria com euforia a sua independência e por conseguinte o fim do domínio colonial, com a retirada das tropas portuguesas do território angolano.

¹¹Maria, A. (2015, p.98). Angola- Contributos À Reflexão. Lisboa: Edições Colibri.

Segundo Maria (2015, p.100) a independência era vista como o fim do sofrimento e a entrada numa era de usufruição de liberdade e prosperidade.

Na altura o que a princípio parecia ter chegado ao fim estava só a começar, pois seguiria uma longa guerra civil (27 anos) visto que muito antes da proclamação da Independência já os três grupos nacionalistas que tinham batalhado contra o colonialismo português combatiam entre si pelo controle do país, e em particular por Luanda, a capital.

Segundo Correia¹² “ MPLA, FNLA e UNITA nunca se entenderam nem souberam coordenar as suas acções na luta pela libertação do seu país. Aparentemente com o mesmo objectivo – obrigar Portugal a reconhecer o direito de Angola à independência -, revelaram-se sempre incapazes de unir os seus esforços numa frente comum, e pelo contrário, manifestaram uma permanente vocação para a rotura, a dissidência interna e mesmo para o confronto armado entre eles”.

É de salientar que cada um deles era na altura apoiado por potências estrangeiras, dando ao conflito uma dimensão internacional. Mas a guerra civil foi maioritariamente entre o MPLA (actual partido no poder) e a UNITA, sendo estes apoiados como combatentes no contexto da Guerra Fria: o MPLA era apoiado essencialmente por forças militares cubanas e oficiais da USSR, a UNITA pelos EUA e pela África do Sul.

Várias foram as tentativas frustradas de cessar-fogo entre os partidos rivais. Mas com a morte do líder da UNITA, Jonas Savimbi, Angola alcançaria finalmente a paz efetiva com o Memorando de Lwena, celebrado entre o MPLA e a UNITA a 4 de Abril de 2002. E, segundo o Portal Oficial do Governo de Angola, é nesta altura que «soldados da UNITA depõem as armas e são integrados na sociedade civil, nas Forças Armadas Angolanas e na Polícia Nacional. A UNITA é transformada em partido político, tem o seu papel na vida democrática do país».

2.3.2- Economia Angolana

Como em toda guerra, o conflito armado pelo poder não afetou só as partes intervenientes mas também matou e mutilou milhões de inocentes e devastou o país tanto a nível social, como a nível económico.

No período colonial a economia angolana era baseada no princípio do comércio preferencial, em que as suas actividades eram com base nas necessidades dos portugueses.

¹²CORREIA, P. P. (1991). Descolonização de Angola- a jóia da coroa do império português. Lisboa: Inquérito.

Durante este período era predominante a prática da agricultura (com o café como principal cultura, seguido da cana-de-açúcar, sisal, algodão e outros) e a actividade extrativa (com a extração de diamantes e ferro).

Após a independência, isso entre 1975 e 1989, Angola optou pelo sistema socialista de desenvolvimento que tinha como característica uma economia planificada e centralizada.

A partir de 1990, e fruto da queda dos países do antigo bloco do Leste, a República deu início a uma nova fase de transição, para uma economia de livre mercado em que a sua constituição económica funda-se nos dias que correm no primado da propriedade privada, do mercado e da concorrência.

Como já deu para perceber, a economia angolana foi bastante afetada pela guerra civil colocando o país juntamente com a Guiné Bissau entre os mais pobres do planeta. Mas no caso de Angola podemos considerar que a geografia foi generosa, pois embora ter sofrido tais lutas ainda é possível afirmar que Angola é um país rico em recursos naturais, entre eles o gás natural, diamantes, importantes reservas de petróleo e outros minerais, culminando num grande potencial hidroelétrico e numa grande extensão de terra própria a agricultura.

Atualmente a economia da República de Angola é muito dependente das receitas petrolíferas (cerca de 70%¹³), sendo a mesma República o segundo maior produtor de petróleo da África, facto este que faz com que ela apresente boas taxas de crescimento. De acordo com dados de índices de liberdade económica, Angola possui uma economia repressiva, constando no 158 lugar no índice de liberdade económica da HeritageFoundation¹⁴.

A nível estrutural a economia de Angola é diminuta em diversificação, pois a agricultura e a pesca quase que não têm vez diminuindo assim o garante da segurança alimentar. Por conseguinte Angola é hoje um país que vive maioritariamente da importação de géneros alimentícios e de outros produtos.

Já a nível da mineração, conta com uma vasta diversidade de minerais especialmente diamantes (sendo estes a segunda maior fonte de receitas do estado) e minério de ferro, tais minas estão localizadas próximo ao Dundo na província da Lunda Norte.

Em relação a indústria muito ainda a ser feito nos próximos anos, embora já possa contar com indústrias produtoras de vidro, açúcar, cimento, cerveja, fertilizantes, celulose e

¹³PÚBLICO- Comunicação Social SA. (10/02/2015).

¹⁴Wikipédia. Índice de Liberdade Económica.

outras. De acordo com Maria (2015), (...) este é um sector que motiva pouco a elite económica do país, avessa ao risco e ávida do lucro fácil e imediato.

A nível de infraestruturas, hoje são milhares os quilómetros de estradas e vias ferroviárias. O país conta também com portos com importantes movimentos destacando-se entre eles o de Luanda, Lobito, Cabinda e Namibe.

Angola também é conhecida pelos seus como um canteiro de obras, pois vários são os projetos de construção e reconstrução em andamento no país na tentativa de recuperar e melhorar o que se perdeu com o conflito armado, como é o caso da construção daquele que será o maior aeroporto da África dando cada vez mais impulso ao investimento estrangeiro.

Embora com boas taxas de crescimento (PIB 4.40)¹⁵, Angola ainda tem padrões de vida bastantes baixos e cerca de 70% da população ainda vive com menos de um euro e meio por dia, enquanto que as taxas de expectativa de vida (51anos) e de mortalidade infantil no país continuam entre as piores do mundo.

Um outro problema inibidor do crescimento e por conseguinte do desenvolvimento angolano é a falta de mão-de-obra qualificada. Esforços têm sido feitos na tentativa de melhorar tal quadro, como é o trabalho do governo no aumento do número das escolas e aposta do país na formação de quadros a nível internacional.

Para um melhor quadro de Angola muita coisa ainda tem que ser feita, pois a divisão das receitas ainda é feita de maneira injusta privilegiando uns e prejudicando outros, e de acordo com a ONU, Angola é considerada um dos países menos desenvolvidos do planeta (ocupando a 148 posição)¹⁶ e um dos países mais corruptos (o abuso do poder) do mundo pela transparência internacional¹⁷.

2.3.3- Bolsa de Valores de Angola

Com a globalização resultaram intensos intercâmbios entre os países e é cada vez mais visível a importância que é dada ao mercado acionário para a comunidade financeira internacional. Assim, quanto mais desenvolvida é uma economia, mais activo é o seu mercado de capitais.

¹⁵ TRADING ECONOMICS- Angola taxa de crescimento do PIB.

¹⁶ Relatório do Desenvolvimento Humano 2013, p.152.

¹⁷ Revista Lusofonia, (03/12/2014) - Ranking: Transparência Internacional.

Podemos considerar o mercado de capitais como um mecanismo de partilha de importâncias transacionadas a diferentes prazos com a finalidade de ocasionar liquidez e viabilizar o processo de capitalização, ou seja, é um lugar de encontro entre a oferta e a procura.

O mercado de capitais é constituído por um mercado primário e um mercado secundário. É do funcionamento do mercado primário (emissão de novos activos financeiros que mobilizam a poupança) que vai depender a sobrevivência de uma economia, visto que ele responde às necessidades das unidades económicas (liquidez e de mobilização de capital). E são destas necessidades que surgem a procura e a oferta de títulos, sendo necessário existir um mercado que seja eficiente em confrontar tal situação, surgindo assim o mercado secundário (lugar de troca dos ativos financeiros já emitidos), designado também como Bolsa de Valores Mobiliários.

Deste modo, a Bolsa de Valores é o lugar físico ou virtual de negociação (encontro entre a oferta e a procura) de valores mobiliários e instrumentos financeiros derivados. Assim, é na bolsa em que encontram-se os proprietários de títulos já emitidos (os que procuram liquidez ou mobilidade de capital) e os investidores que desejam adquirir tais títulos (os que procuram valores que lhes garantam uma aplicação que julgam ser capaz de atingir os seus objectivos).

Deste modo, ela vai contribuir para um mercado de capitais eficiente partindo do pressuposto de que tais mercados são mais eficientes em países em que existam bolsas transparentes, bem estruturadas e liquidas.

Contrariamente do que aconteceu em outras partes do mundo em que a Bolsa teve o seu aparecimento em épocas bastante remotas, como é o caso dos nossos colonizadores por volta de 1769e de Nova Iorque em 1792, sendo esta última considerada a Bolsa mais importante do mundo, em Angola, a Bolsa teve o seu surgimento nos dias que correm o que faz de Angola (como muitos da África) um país sem tradição bolsista.

No que concerne a realidade angolana vários trabalhos foram e têm sido desenvolvidos no sentido de existir de facto uma Bolsa.

Conforme diversas pesquisas, os trabalhos tiveram início em 1998 com a produção dos primeiros estudos sobre a formalização de uma Bolsa de Valores de Angola, mas só em 2005 é que se legislou o setor com a criação, sob tutela do Ministério das Finanças da Comissão

dos Mercados de Capitais (CMC) e aprovação do seu estatuto orgânico pelo Decreto 9/05, de 18 de Maio de 2005, e com a aprovação da Lei dos Valores Mobiliários (Lei de 12/05, de 23 de setembro), e da Lei das Instituições Financeiras (Lei de 13/05 de 30 de setembro).

Em 2013 falava-se do lançamento da Bolsa para outubro do mesmo ano, isso no Fórum do Mercado de Capitais, mas o seu estatuto só foi aprovado em janeiro de 2014 pela Comissão Técnica do Conselho de Ministros.

Embora associado a um mercado inicial e com especial atenção do governo, a BODIVA é uma entidade gestora que tem como responsabilidade assegurar a eficiência, transparência e segurança das transações nos mercados regulamentados, de forma a estimular a participação de pequenos investidores e a concorrência entre todos os operadores.

Ela é a entidade que rege a plataforma eletrónica que permitirá a transação, em mercado secundário, de títulos da dívida pública, obrigações corporativas, acções, unidades de participação de fundos de investimentos e num futuro, outros valores mobiliários.

A Bolsa surge aqui como uma alternativa para o financiamento de despesas do Estado, uma vez que o mesmo sobrevive maioritariamente das receitas advindas do petróleo que andam fortemente afetadas pela crise internacional.

Pode-se ainda afirmar que com a sua abertura a economia angolana obterá uma maior dinâmica na canalização de poupança de forma diversa, no fortalecimento do sector privado e na atração do investimento estrangeiro, ou seja, uma melhor cultura financeira.

O dia 19 de dezembro de 2014 tornou-se um dia memorável, pois marcou o acto inaugural do Mercado Secundário de Dívida Pública, dando início às actividades de negociação por grosso e de registo de Títulos de Tesouro.

Inicialmente e devido a preocupação com a “curva de aprendizagem”, o mercado especial de dívida pública só está disponível para empresas que pertencem ao segmento do sector bancário, devendo abrir posteriormente para empresas que estão ligadas a grande distribuição ou sector das telecomunicações, ou empresas do sector industrial, que estão constituídas com parcerias já noutras bolsas internacionais.

É assim que desde 26 de janeiro de 2015 que o BFA é o primeiro membro de negociação da BODIVA, tendo a possibilidade de actuar nos mercados regulamentados em

nome próprio e como intermediário na execução de ordens de terceiros. Tal adesão permite ainda activar de imediato o MRTT.

A BODIVA vem ainda desenhar a curva de Rendimento de forma a servir de bases para o surgimento de um mercado mais importante: o mercado da dívida corporativa das empresas (ações, títulos, debentures e outros derivados transacionados na bolsa de valores).

No que diz respeito ao segmento do mercado de valores mobiliários, a BODIVA tem como datas de possível arranque entre 2016 e 2017, o que exigirá um maior rigor profissional das empresas a listar na bolsa culminando com a boa gestão dos negócios, prestação de contas e apresentação das organizações corporativas de forma definida visto que as empresas angolanas não dispõem ainda de uma contabilidade organizada.

2.3.4- Auditoria em Angola

Sendo Angola um país que apresenta uma economia expansionista, é cada vez mais necessário que as suas empresas apresentem boas práticas de gestão com vista a garantir a credibilidade das informações financeiras quer para investidores nacionais, como também para potenciais investidores internacionais.

A auditoria financeira surge assim como parte integrante das formas de transmitir tais credibilidades.

Como já referimos anteriormente, Angola foi um país que viveu um longo período de guerra deixando o mesmo sem bases de dados. Assim, é impossível precisar uma data do surgimento da auditoria em Angola, acreditando que a mesma surgiu da necessidade que tinham os colonizadores em fiscalizar as atividades das empresas situadas na mesma colónia.

Deste modo, a história da auditoria em Angola vincula-se a Portugal. Como província portuguesa, Angola submetia-se às leis e regulamentos de Portugal, visto que a sua administração era de forma efetiva e o que fosse decidido em Portugal era consequentemente aplicado em Angola.

Com a implementação da democracia e com o processo de expansão económica iniciado em 1991, várias foram as empresas públicas que foram privatizadas enquanto outras passaram a ter um capital misto, culminando com o Estado na figura de regulador de tais actividades económicas.

Nesta época Angola abria-se para o investimento estrangeiro, permitindo assim, que empresas de países distintos comesçassem a desenvolver as suas actividades em diferentes sectores tendo sido o de petróleos o mais atingido. Tal período foi de real importância para a certificação de contas.

Angola passava também por um período de crise, facto este que a levou a pedir a concessão de um empréstimo ficando endividada perante ao Banco Mundial e ao FMI.

Este último foi em parte impulsionador da prática da auditoria externa a nível nacional, pois passou a exigir que as contas de empresas e entidades públicas fossem auditadas por especialistas de forma a garantir que os fundos disponibilizados estavam a ser devidamente empregues pelo estado angolano.

Assim sendo e fruto do acima referido, ainda no mesmo ano de 1991 as empresas como o Banco Nacional de Angola e a Sonangol passaram a ter as suas contas auditadas por empresas internacionais como a Price Waterhouse&Coopers e a Ernest &Young.

Inicialmente a auditoria era só uma exigência das grandes multinacionais ligadas ao sector petrolífero, passando mais tarde a abranger o sector financeiro fruto da regulamentação aprovada pelo BNA e o Estado por vias do Ministério das Finanças.

No sentido de dar resposta às várias solicitações advindas das holdings de empresas que tinham as suas actividades no país, várias foram as firmas de auditoria que fixaram-se em território angolano uma vez que com a abertura do investimento externo várias foram as empresas estrangeiras que passaram a ter filiais ou sucursais no país. Para um melhor controlo era necessário que tais empresas enviassem as suas informações para as suas empresas mães no sentido de se elaborar a contabilidade consolidada.

Hoje em dia podemos associar a prática da auditoria em Angola ao seu crescimento económico, ou seja, com a estabilidade económica que se tem verificado com o alcance da paz em 2002. Por conseguinte vários são os investidores nacionais e estrangeiros que necessitam de informação credível sobre as empresas angolanas atraídos pela possibilidade de negócio rentável que o país apresenta.

Mediante tal crescimento e devido a insuficiência de quadros nacionais, ainda é visível (de forma cada vez maior) o número firmas internacionais a operar no país como a Price

Waterhouse&Coopers (Angola), Lda; Ernest &Young Angola, Lda; KPMG, Auditores e consultores, SA e outras.

É de salientar que o país ainda tem um défice no que concerne a legislação que aborda sobre a obrigação da prática de auditoria, mas podemos destacar as seguintes:

- Decreto n.º 38/00, de Outubro, Demonstrações Financeiras (DF's);
- Lei n.º 01/04, de 13 de Fevereiro, Lei das Sociedades Comerciais (LSC);
- Lei n.º 12/05, de Setembro, Lei dos Valores Mobiliários (LVM);
- Lei n.º 13/05, de Setembro, Lei das Instituições Financeiras (LIF);
- Despacho n.º 472/14, de 28 de Fevereiro, Grandes Contribuintes, etc.

Ainda em relação a prática da auditoria independente, com a abertura da bolsa de valores ela vai funcionar como um dos instrumentos de controlo da mesma tendo como função a emissão de uma opinião acerca das demonstrações contábeis publicadas pelas empresas. Deste modo a auditoria é obrigatória para as empresas que têm cotação na bolsa, e só os auditores previamente inscritos é que podem realizar tais auditorias.

Além da auditoria externa, as empresas podem optar pela prática da auditoria interna, não sendo esta obrigatória para alguns ramos cujo objetivo é de adicionar valor e melhorar as operações da organização, com vista a eficácia de gestão de risco e de uma melhor governação corporativa.

Assim a actividade do auditor é de real importância, pois as reservas expressas no seu relatório podem indicar irregularidades de forma que pode levar a exclusão de uma empresa da bolsa de valores ou ainda inviabilizar a realização de negócios com outras empresas.

A prática da auditoria em Angola ainda está muito aquém do esperado, pois sendo Angola um país rotulado de '''corrupto''' a transparência ainda não é um dos seus pontos fortes.

Com o nível de crescimento económico e com as exigências internacionais espera-se que num futuro breve, o país passe a fazer uso da prática da auditoria externa de livre vontade e de bom grado de forma a garantir a transparência das suas empresas e impulsionando o investimento externo nos sectores de actividades mais distintos.

2.3.5- A Contabilidade Como Sistema de Informação

Como temos vindo a frisar ao longo do trabalho, auditoria é o exame das demonstrações financeiras de uma empresa ou entidade. E como tal, não é função da auditoria a preparação das mesmas, mas sim emitir um parecer sobre elas estarem ou não preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Deste modo podemos considera-la como uma revisão contabilística. Assim sendo, é a contabilidade quem mensura os recursos, as obrigações contraídas e os meios utilizados na obtenção destes mesmos recursos, bem como os direitos assumidos e os meios adquiridos na transmissão dos bens e dos serviços prestados.

Por conseguinte, a contabilidade funciona como um sistema de informação para a gestão, pois permite o tratamento da informação e a elaboração das demonstrações financeiras. E é através desta informação contabilística que se torna possível analisar a situação económica, financeira e monetária das empresas, sendo a contabilidade um instrumento de medida e avaliação do património e dos resultados auferidos pela gestão da empresa.

No que concerne a realidade angolana, o país teve as suas normas contabilísticas influenciadas por normas oriundas da ex-União Soviética e da República Democrática da Alemanha, passando depois pela necessidade de reformas no sentido de adequar a sua contabilidade à economia de mercado.

A normalização contabilística angolana é de carácter pública, em que os seus documentos regentes provêm de órgãos governamentais com influências fiscais, ou seja, é realizada transversalmente pelo Departamento Nacional de Contabilidade (DNC), que foi criado mediante o Decreto 63/76 de 26 de junho, sendo este um organismo integrado ao Ministério das Finanças.

Actualmente sua normalização é realizada mediante Planos de Contas compostos por normas e princípios de índole obrigatória. É assim que segundo MAGRO (2008), em Angola existem dois tipos de Planos de Contas:

- O Plano Geral de Contas (PGC) - aprovado pelo Decreto n.º 82/2001 de 16 de outubro, de aplicação obrigatória para as sociedades comerciais e empresas de carácter público que realizem as suas operações em território nacional, assim como também todas as

instituições cuja prática das suas operações verifica-se em outro território, mas que a sua sede encontra-se em Angola;

- Plano de Contas das Instituições Financeiras (CONTIF) - instituído pelo BNA pelo instrutivo 09/07 de 19 de setembro. Com entrada em vigor efetiva desde 2010, tal plano é de aplicação obrigatória para os setores bancário e segurador.

É de salientar que aquando da elaboração do PGC teve-se como base as normas do IASB, convergindo assim as suas práticas com as normas internacionais.

Ao longo dos anos verificaram-se evoluções económicas e o quadro contabilístico a nível internacional sofreu as alterações, o que não aconteceu na realidade angolana. Tal facto deixa o PGC nos dias de hoje desfasado, isto é, alheio a muitos critérios mencionados nas normas internacionais.

Em relação ao CONTIF a situação é bem menos problemática, pois a sua aplicação actual direcionou a uma convergência parcial das suas práticas com as práticas internacionais, estando em cartaz a sua aplicação plena para 2016. Assim sendo, a partir do mesmo ano será obrigatória a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IAS/IFRS para as instituições financeiras.

2.3.6- A OCPCA Como Forma de Capacitação dos Profissionais

Em Angola muitas empresas ainda associam a figura do contabilista ou perito contabilista a uma obrigação legal e não como um instrumento de apoio a gestão.

Diferente de Portugal, em que os profissionais são representados por organismos distintos (OTOC e OROC), em Angola os organismos profissionais relacionados com a profissão contabilística compreendem não só os que preparam a informação financeira, como também aqueles que atestam a veracidade de tal informação seguindo os padrões internacionais em que os seus organismos encontram-se representados na IFAC.

No que concerne ao exercício da actividade de contabilidade e de auditoria em Angola, a Lei n.º 3/01, de 23 de Março no seu ponto 2 dos artigos 2º e 9º respetivamente, estabelece que tais práticas só podem ser exercidas por profissionais registados na Entidade dos Contabilistas e dos Peritos Contabilistas.

É de salientar que num passado recente e devido a inexistência da Ordem, a actividade destes profissionais encontrava-se apenas sujeita ao registado no Ministério das Finanças e para a prática das suas funções tinham que ser dotados de experiencia. Neste período era possível identificar-se três categorias de contabilidade:

- Técnico Básico (Auxiliar de Contabilidade);
- Técnico Médio (Contabilista);
- Técnico Superior (Experto em Contabilidade ou Contabilista).

Com o Decreto Presidencial 232/10 de 11 de Outubro é aprovado o Estatuto da OCPCA, sendo esta a entidade que vem representar e salvaguardar os interesses dos profissionais da área, assim como também administrar e garantir a legitimidade da profissão.

Como vimos no ponto anterior a Ordem teve o seu Estatuto aprovado em 2010, mas o seu marco inicial foi em 2001 com a Assembleia Magna a 1 de Fevereiro, seguida de duas reuniões em 18 de Outubro e 5 de Novembro, ambas em 2002.

Tal espaço de tempo entre o ponto de partida e a aprovação do Estatuto fez com que ficassem pontos ligeiramente desajustados, o que culminou com as alterações efectuadas através do Decreto Presidencial nº 318/14 publicado em 28 de Novembro de 2014. Assim sendo, e com tais alterações, a OCPCA pode realizar a sua Primeira Assembleia Geral no dia 12 de Dezembro de 2104.

Com a criação da Ordem os contabilistas e peritos contabilistas para exercício das suas actividades vêm-se obrigados a inscreverem-se na mesma e no DNC, afim de terem as suas práticas certificadas. Assim, fazem parte da OCPCA os seguintes desafios:

- A actualização de conhecimentos;
- A formação de formadores;
- O controlo do exercício da profissão;
- O emprego de cidadãos nacionais;
- A reciprocidade de tratamento, etc.

Podemos dizer que durante o período de transição a actualização profissional tem sido a prioridade da Ordem, sendo uma das exigências para aqueles profissionais que já estavam inscritos no MF e já tinham vários anos de experiência profissional.

A OCPCA nos dias de hoje tem a sua sede na Província de Luanda (podendo criar secções regionais e/ou provinciais) e é composta por cinquenta colaboradores distribuídos pelos seus órgãos sociais.

Em relação aos membros regularmente inscritos, a Ordem conta com 479 profissionais fruto dos cursos de actualização realizados entre o período de 2010 e 2014¹⁸.

De forma a garantir a certificação internacional dos seus princípios e objectivos a OCPCA pretende e deve filiar-se na IFAC, o que será mais fácil com a aprovação do seu código de ética que até ao momento pertence ao conjunto de regulamentos que serão submetidos à apreciação em assembleia.

A dinâmica da Ordem também vai contribuir para o funcionamento da Bolsa de Valores, pois à partida os auditores da bolsa têm de estar credenciados pela OCPCA e também pela CMC, criando bases para que o país tenha uma Bolsa de Valores no segmento da dívida corporativa¹⁹.

A partir de agora as empresas devem trabalhar na criação de contabilidade organizada, com profissionais formados no ramo e auditadas as contas por uma entidade com idoneidade reconhecida, condição “sine qua non” para as firmas alistarem-se na bolsa.

¹⁸ De salientar que até ao momento foram realizados 5 cursos abarcando cerca de 600 profissionais, sendo 60% contabilistas e 40% peritos contabilistas).

¹⁹ Tais profissionais terão de aferir e validar a veracidade do relato financeiro das empresas, para que, com base nesta informação, o investidor possa melhor decidir.

CAPÍTULO III - METODOLOGIA E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

3.1- Objetivos

Mediante a revisão bibliográfica verificou-se uma real importância da auditoria financeira no seio das instituições, não só como uma peça aliada a eficácia dos controlos organizacionais, mas também como uma ferramenta indispensável a tomada de decisão com vista a obtenção dos objetivos a que a instituição se propõe.

Assim, e com base no acima exposto surge o presente capítulo com a finalidade de apresentar os resultados referentes ao questionário realizado, lembrando que o mesmo é uma técnica de recolha que nos permite quantificar os dados e correlacioná-los, bem como à partir do número de inqueridos satisfazer a sua exigência de representatividade.

Ainda em relação ao questionário, o mesmo destinou-se as instituições da província de Luanda nos seus mais variados setores de forma a perceber em qual deles é mais frequente a prática da auditoria e por conseguinte que tenha a qualidade e a credibilidade da informação financeira como fator diferencial.

Salientando aqui que a escolha pela província de Lunda não foi só por esta ser a capital, mas também por ser o principal centro financeiro, comercial e económico do país e por nela estarem sediadas as maiores empresas a nível nacional, delegações e subsidiárias de várias multinacionais. Luanda é ainda fonte de cerca de 90% do PIB, maior cidade no que diz respeito a dimensão (113 km²) e número de empresas e estabelecimentos (10.205), o que corresponde a 55% dos existentes no país.

3.2- Caracterização da Amostra

Como já frisámos anteriormente Angola é considerada uma das nações mais corruptas do mundo pela transparência internacional, facto que espelha a ineficiência estrutural da indústria financeira angolana, bem como do sector em termos de indústria competitiva, o que culmina com a falta de informação financeira fiável em todo o seu sistema.

Por se tratar de um tema de difícil abordagem no seio das instituições, várias foram as dificuldades com que nos deparamos para a obtenção dos dados, factos estes que nos levaram a focar mais precisamente aos municípios de Belas, Cazenga e Luanda.

Assim a nossa pesquisa contou com a participação de 65 instituições de sectores variados, sendo que o mais referenciado foi o ‘outro’, correspondendo a cerca de 29% dos inqueridos, salientando que fazem parte deste ramo empresas ligadas a Prestação de Serviço, Consultoria, Assessoria e Auditoria.

Ainda em relação ao sector de actividade se destacaram os sectores como Banca, Seguros e Serviços (24, 6%), seguido do sector Comercial (16,9%), assim como de forma um pouco menor e idênticas as empresas do ramo de Transporte e Construção, ambas com 10,8% e, de forma ainda mais diminuta os ramos *Utilities* e Saúde com 4,6% e 3,1% respetivamente.

Relativamente ao papel desempenhado na empresa, inicialmente foram descritas determinadas categorias das quais a maioria dos inqueridos não se enquadrava, ou seja, cerca de 56,9% dos inqueridos responderam a ‘outra’ como sua função. Frisando aqui que esta categoria abarca funções como Gerentes, Técnicos de Contabilidade e Funcionários Administrativos, conforme a tabela que se segue:

Tabela 1: Caracterização da amostra

Setor de actividade	N	%
Outra	19	29,2
Banca, Seguros e Serviços Financeiros	16	24,6
Comércio	11	16,9
Transporte	7	10,8
Construção	7	10,8
<i>Utilities</i>	3	4,6
Saúde	2	3,1

Papel desempenhado na empresa	N	%
Outra	37	56,9
Diretor Financeiro	11	16,9
Responsável pela auditoria	8	12,3
Presidente	3	4,6
Não respondeu	6	9,2

3.3- Respostas aos Objetivos da Investigação

No sentido de responder aos objetivos da investigação, os mesmos foram operacionalizados em hipóteses tendo como base a utilização de várias técnicas estatísticas. É assim que, para sua análise, utilizou-se o programa SPSS versão 22, sendo os dados omissos excluídos da análise embora se tenha mantido o total de 65 inqueridos para grande parte das proporções apresentadas.

Seguidamente as questões em formato ordinal, cujas opções eram “Discordo totalmente”, “Discordo parcialmente”, “Não concordo nem discordo”, “Concordo parcialmente” e “Concordo totalmente” atribuíram-se valores de 1 a 5, de modo que a média de cada questão traduzisse uma medida global, em que valores mais próximos de 5 correspondiam aos valores de maior concordância e valores mais próximos de 1 seriam os de maior discordância.

Ainda no que concerne à análise destas variáveis, as mesmas realizaram-se com recurso ao T-teste para uma amostra utilizando o ponto médio da escala (3) como ponto de corte, em que valores médios acima de 3 sugerem respostas no sentido concordante, e valores médios abaixo de 3 sugerem respostas no sentido discordante.

É de frisar que o pressuposto da distribuição normal foi considerado, visto que a amostra foi composta por mais de 30 elementos, isto com base no Teorema do Limite Central de Pestana & Gageiro (2008). Tal análise foi ainda complementada com o cálculo do alfa de Cronbach, com o objetivo de medir a consistência interna e a pertinência do cálculo de uma medida global a partir da média das referidas variáveis. Assim o alfa de Cronbach foi considerado aceitável quando atingiu o valor de 0,70²⁰.

Em relação a análise das variáveis categóricas, a mesma foi realizada com recurso ao teste qui-quadrado, sendo para isso calculada a diferença entre as frequências observadas na amostra.

Por fim e não menos importante a comparação da dimensão da empresa e do montante global no balanço a 31/12/2013 de acordo com a estrutura orgânica da empresa, formação em técnicas de auditoria, contratualização de serviços de auditoria externa e motivos para a

²⁰Pestana, M. H., & Gageiro, J. N. (2008). *Análise de Dados para Ciências Sociais: A complementaridade do SPSS* (5ª ed.). Lisboa: Sílabo.

contratação do serviço de auditoria externa foi realizada com recurso aos testes não paramétricos Mann-Whitney (dois grupos) e Kruskal-Wallis (três grupos).

De seguida são apresentados os resultados para as hipóteses de investigação.

H1: A informação financeira transmite a real situação da empresa permitindo aos seus utilizadores uma maior tomada de decisão.

De uma forma geral os inquiridos entendem que a informação financeira é importante na tomada de decisão (Tabela 2), visto que todas as variáveis analisadas apresentaram resultados estatisticamente significativos ($p < ,001$) superiores a 3, posicionando-se assim no sentido da concordância face às afirmações apresentadas e com média superior 4 para todas as questões.

Ainda em relação a H1 a questão com a qual os inquiridos mais concordaram foi “A prestação de informação séria, fidedigna e credível é de real importância para os stakeholders?”, com média de 4,54 (DP= 19,40), ao passo que a questão com que os inquiridos menos concordaram (embora à mesma elevado) foi “As informações financeiras proporcionadas pelas DF’s são de rápida compreensão para os utilizadores das mesmas?”, com média 4,05 (DP= 1,05).

Podemos assim dizer que de forma global, os resultados apontam para concordância dos inquiridos ($M = 4,45$; $DP = 0,71$), $p < ,001$, uma vez que a consistência interna das questões elencadas foi de 0,70, no limite do critério estabelecido.

Tabela 2: Teste T para análise da utilidade da informação da informação financeira na tomada de decisão

Questão	M	DP	T	p-valor
A prestação de informação séria, fidedigna e credível é de real importância para os stakeholders?	4,54	0,64	19,40	$p < ,001$
As informações financeiras proporcionadas pelas DF’s são de rápida compreensão para os utilizadores das mesmas?	4,05	1,05	8,02	$p < ,001$
As DF’s são fontes de informações necessárias para garantir a comparabilidade das informações financeiras a apresentar nos seus utentes?	4,34	0,89	12,14	$p < ,001$

Considera que a informação financeira é preparada de modo a permitir o conhecimento da situação real da empresa? 4,37 0,96 11,22 p<,001

É de opinião que as DF's desempenham um papel crucial na tomada de decisão, quer da empresa, quer de utilizadores da informação externos á entidade? 4,45 0,71 16,47 p<,001

Resultado médio global 4,35 0,58 18,80 p<,001

Nota: alfa de Cronbach= 0.70

No que se refere ao fator mais relevante para assegurar a qualidade e credibilidade da informação (Tabela 3) foram também encontrados resultados estatisticamente significativos (p<,001), visto que perto de metade dos inquiridos (29/65) apontou a independência das empresas de auditoria, seguido da aplicação de normas internacionais de auditoria (15/65). Tais fatores obtiveram uma frequência de resposta mais elevada que a esperada, caso a distribuição de frequências fosse totalmente aleatória.

Tabela 3: Teste Qui-quadrado para análise do fator mais relevante para assegurar a qualidade e credibilidade da informação

	F. obs	F. esp	Diferença	Teste χ^2	p-valor
Independência das empresas de auditoria	29	13,0	16,0	30,31	p<,001
Responsabilidade do auditor	8	13,0	-5,0		
Supervisão pública dos revisores	10	13,0	-3,0		
Aplicação das normas internacionais de auditoria	15	13,0	2,0		
Outra	3	13,0	-10,0		

Em relação à informação financeira (Tabela 4) perto de metade dos inquiridos (30/65) referem que, em primeiro lugar, e acima de tudo, a mesma (informação financeira no caso) permite uma maior visibilidade da empresa, atraindo novos investimentos, tendo esta questão obtido um desvio positivo de 8,3 face ao que seria esperado em caso de distribuição aleatória de frequências.

Em segundo lugar e também com um desvio positivo 3,3, surge a questão relacionada com obtenção de conclusões idóneas quando a informação é credível, sendo esta apontada por 25 inquiridos.

Por fim, e com resultado contrário aos anteriores, surge a afirmação “Nem sempre os detentores do capital são as pessoas responsáveis pela sua gestão” com um desvio negativo de -11,7, sendo esta a afirmação menos seleccionada (10/65).

Mediante tais dados podemos considerar os resultados encontrados estatisticamente significativos ($p=,007$).

Tabela 4: Teste Qui-quadrado para análise da hierarquização da importância da informação financeira

	F. obs	F. esp	Diferença	Teste χ^2	p-valor
Permite uma maior visibilidade da empresa, atraindo novos investimentos	30	21,7	8,3	10,00	,007
Nem sempre os detentores do capital são as pessoas responsáveis pela sua gestão	10	21,7	-11,7		
Quando é de tal maneira credível, permite aos seus utilizadores a obtenção de conclusões idóneas	25	21,7	3,3		

H2- O controlo interno é fundamental para uma gestão eficaz de empresas em países em fase expansionista.

No que concerne à segunda hipótese, que procurou analisar a importância do sistema de controlo interno (SCI) na gestão eficaz de empresas em países em fase expansionista, os resultados apontam, de forma geral para a importância deste sistema (Tabela 5), visto que todas as variáveis analisadas apresentaram resultados estatisticamente significativos ($p<,001$), sugerindo aqui diferenças importantes na distribuição observada e esperada das frequências.

Assim no que se refere ao SCI, mais de metade da amostra (34/65) diz dispor sempre deste serviço, ao passo que (26/65) refere que tem quando necessário. Já em relação a sua abrangência a todos os procedimentos organizacionais e administrativos na empresa, cerca de

(30/65) disseram ser abrangente quando necessário e (27/65) referenciaram ser sempre abrangente.

Em relação à monitorização do SCI quase todos os casos (56/65) dizem submeter-se a ela, sendo que em relação à definição dos princípios do SCI, mais de metade dos inquiridos (35/65) concorda ser da responsabilidade dos órgãos de gestão. Ainda em relação a definição dos princípios do SCI destacam-se também 18 inquiridos, apesar de apresentar uma diferença negativa entre frequência observada e esperada (-2,7), referindo que esta responsabilidade é de um organismo especialmente preparado para o efeito.

Já na monitorização destes princípios as opiniões foram mais divididas, ou seja, 28 inquiridos referem ser da responsabilidade do órgão de administração (desvio positivo de 14,3), enquanto que 17 apontam para um comité competente para o efeito (desvio positivo de 2,8). É ainda de referir que 11/65 inquiridos referiram que o órgão responsável deve ser um ou mais gestores de topo.

Por fim, mais de metade dos inquiridos (35/65) concordaram que o controlo do SCI é feito pela exigência de relatórios pontuais, seguidos de 17/65 que disseram ser feito com base em reuniões periódicas e finalmente cerca de 8/65 dos inqueridos escolheram a opção relacionada ao contacto informal permanente como forma de controlo do SCI.

Tabela 5: Teste Qui-quadrado para análise da importância do controlo interno na gestão eficaz de empresas em países em fase expansionista

	F. obs	F. esp	Diferenç a	Teste χ^2	p-valor
A empresa dispõe de Sistema de Controlo Interno (SCI)					
Sempre	34	21,3	12,7	22,63	p<,001
Quando necessário	26	21,3	4,7		
Nunca	4	21,3	-17,3		
O SCI é abrangente a todos os procedimentos organizacionais e administrativos da empresa					
Sempre	27	20,7	6,3	18,03	p<,001
Quando necessário	30	20,7	9,3		

Nunca	5	20,7	-15,7		
O SCI encontra-se sujeito a monitorização					
Sim	56	31,0	25,0	16,87	p<,001
Não	6	31,0	-25,0		
A definição dos princípios do SCI é de responsabilidade:					
Do órgão de gestão	35	20,7	14,3	40,32	p<,001
De um ou mais diretores do topo	9	20,7	-11,7		
De um organismo especialmente preparado para o efeito	18	20,7	-2,7		
Quem é o órgão responsável pela mesma monitorização					
O órgão de administração	28	14,3	13,8	26,86	p<,001
Um ou mais diretores do topo	11	14,3	-3,3		
Um comité competente para o efeito	17	14,3	2,8		
Outra	1	14,3	-13,3		
Na empresa de que maneira é feito o controlo do SCI					
Através de um contacto informal permanente	8	15,5	-7,5	40,07	p<,001
Através de reuniões periódicas	17	15,5	1,5		
Através da exigência de relatórios pontuais	35	15,5	19,5		
Outra	2	15,5	-13,5		

H3: Os responsáveis das organizações não conhecem a real função das auditorias.

A terceira hipótese referiu-se ao conhecimento que os responsáveis das organizações têm da real função das auditorias. Tal como nas tabelas 3, 4 e 5 as análises basearam-se nas diferenças entre as frequências observadas e esperadas, recorrendo ao teste qui-quadrado, cujo p-valor foi estatisticamente significativo em todas as variáveis (Tabela 6).

Em relação a esta questão a maioria dos membros da direção (43/65) concorda que a auditoria aumenta o grau de confiança nos destinatários das DF's, salientando que não houve nenhum dirigente que discordasse da afirmação, embora 17 inquiridos tenham concordado apenas parcialmente e 4 tenham dito que não concordavam nem discordavam.

Ainda em relação ao conhecimento da real função das auditorias, grande parte dos inquiridos entende que é função dos auditores expressar opiniões profissionais e independentes (42/65), enquanto que um número razoável (18/45) entende que os mesmos procuram detetar erros e fraudes inerentes às DF's.

Questionados sobre a existência de órgão/serviço de AI, 21 foi o número de casos que afirmaram não possuírem tais órgãos no seio das suas instituições, sendo que 11 dos inquiridos referenciaram não entenderem como necessário e 8 ficando divididos entre a insuficiência de meios técnicos (4) ou humanos com formação adequada (4).

Já em relação aos 40 casos em que afirmaram existir o DAI, 14/40 apontaram o grau de organização como mecanismo mais frequente da sua criação, enquanto que 8/40 optaram pelo aumento da complexidade organizacional.

Ainda em relação aos motivos da sua criação surge a globalização e a exigência legal com o mesmo número de casos (5/40). Foram ainda seleccionadas outras opções como é o caso das mudanças no ambiente empresarial contemporâneo (3/40), competitividade (2/40), avanço tecnológico (2/40) e outra (1/40).

Como já vimos anteriormente, 40 é o numero de casos que possuem serviço de AI, mas devemos frisar que embora sendo mais que a metade dos que responderam, só 29 inqueridos considera o número de auditores internos adequado à entidade.

Relativamente aos objetivos do trabalho de auditoria, mais de metade dos inquiridos que responderam (36/43) referem que estes são conhecidos pela entidade no seu todo, e finalmente mais de metade (38) afirma que na empresa é verificada a independência da AI, isso com base nos 45 inquiridos que responderam tal questão.

Tabela 6: Teste Qui-quadrado para análise do conhecimento das organizações acerca da real função das auditorias

	F. obs	F. esp	Diferença	Teste χ^2	p-valor
Como membro da direção, considera que a auditoria aumenta o grau de confiança dos destinatários das DF's					
Não concordo nem discordo	4	21,3	-17,3	36,97	p<,001
Concordo parcialmente	17	21,3	-4,3		
Concordo totalmente	43	21,3	21,7		
Que papéis assumem os auditores neste processo					
Preparam as DF's da empresa	3	21,0	-18,0	38,86	p<,001
Procuram detetar erros e fraudes inerentes às DF's	18	21,0	-3,0		
Expressam opiniões profissionais e independentes, baseadas em exames realizados às DF's da organização em causa	42	21,0	21,0		
Por que razão na empresa não existe órgão/ serviço de AI					
Insuficiência de meios técnicos	4	5,3	-1,3	4,00	,046
Falta de meios humanos com adequada formação	4	5,3	-1,3		
Não se entende como necessário	11	5,3	5,8		
Outra	2	5,3	-3,3		
Qual foi o acontecimento que deu origem a criação do DAI					
Grau de organização	14	5,0	9,0	8,91	,03
Mudanças no ambiente empresarial contemporâneo	3	5,0	-2,0		
Globalização	5	5,0	,0		
Aumento da complexidade	8	5,0	3,0		

organizacional					
Competitividade	2	5,0	-3,0		
Avanço tecnológico	2	5,0	-3,0		
Exigência legal	5	5,0	,0		
Outra	1	5,0	-4,0		
A empresa possui órgão/ serviço de Auditoria Interna (AI)					
Sim	40	32,0	8,0	25,60	p<,001
Não	24	32,0	-8,0		
Considera o número de auditores internos adequado à entidade					
Sim	29	21,5	7,5	5,23	,02
Não	14	21,5	-7,5		
Os objetivos do trabalho de auditoria interna são conhecidos pela entidade no seu todo					
Sim	36	21,5	14,5	19,56	p<,001
Não	7	21,5	-14,5		
É verificada na empresa a independência da AI					
Sim	38	22,5	15,5	21,36	p<,001
Não	7	22,5	-15,5		

H4- A prática da auditoria financeira está relacionada de forma positiva com a dimensão da empresa e com o tipo de estrutura orgânica.

A quarta hipótese teve como objetivo medir as diferenças existentes na dimensão e poder financeiro das empresas tendo em conta um conjunto de variáveis independentes.

Relativamente a esta questão vários foram os casos em que a dimensão da amostra foi inferior a 30, o que impossibilitou recorrer ao teorema do limite central. Assim, para a análise dos dados utilizaram-se o teste Mann-Whitney nos casos em que a variável independente tinha dois grupos e o teste Kruskal-Wallis nos casos em que esta variável tinha pelo menos três grupos.

Medida através do número de colaboradores para a questão relacionada com a dimensão da empresa, destacou-se apenas a opção referente a contratação de auditoria externa, frisando que as empresas que contrataram este serviço têm, em média, muitos mais funcionários (M= 243,34; DP= 17,67) que as que não contrataram (M= 17,67; DP= 12,36) ($p<,001$).

Tabela 7: Teste T para análise da dimensão da empresa por variáveis de tipo de estrutura orgânica e auditoria

Número de colaboradores da empresa			
	<u>M (DP)</u>	<u>Teste</u> <u>Estatístico</u>	<u>p-</u> <u>valor</u>
Estrutura orgânica da empresa			
Formal (n=24)	169,04 (245,97)	M-W= 57,00	,89
Informal (n= 5)	201,00 (296,54)		
Na empresa existe a preocupação em formar continuamente os seus colaboradores sobre as normas técnicas de auditoria			
Sempre (n= 14)	227,71 (239,72)	K-W= 0,31	,86
Quando necessário (n= 27)	193,70 (351,69)		
Nunca (n= 6)	257,83 (365,95)		
A empresa alguma vez contratou o serviço de auditoria externa			
Sim (n= 44)	243,34 (17,67)	M-W= 85,00	p<,001

Não (n= 12)	17,67 (12,36)		
Quais foram os motivos que estiveram na base desta contratação			
Exigências legais	237,06 (293,57)	M-W=	
Medidas de controlo tomadas pelos acionistas, proprietários ou administradores da empresa	275,83 (366,04)	161,00	,40

Nota: Nos motivos para contratação foram excluídos imposição de credores (n= 3) e outra (n= 1) por terem dimensão amostral reduzida, comparativamente com os restantes

O mesmo pode ser dito em relação ao montante global no balanço a 31/12/2013, medido em milhões de Kuanzas (Tabela 8), que foi muito mais elevado nas empresas que já contrataram serviço de auditoria externa (M= 7.112 M; DP= 19.399), comparativamente com as empresas que nunca contrataram este serviço (M= 0.631 M; DP= 1.609) (p=,02).

Ao observarmos os restantes resultados encontramos outras diferenças, que embora não sendo estatisticamente significativas, devido à grande dispersão de dados, são também dignas de registo.

Assim as empresas com estruturas formais apresentam montantes globais mais elevados, como também as empresas cujos inquiridos referenciaram nunca se preocuparem em formar continuamente os colaboradores sobre normas de auditoria. Já para aquelas empresas que contrataram os serviços de auditoria devido a medidas de controlo tomadas pelos acionistas, o montante global no balanço a 31/12/2013 foi mais elevado que nas que contrataram devido a exigências legais.

Tabela 8: Teste T para análise do montante global no balanço a 31/12/2013 da empresa por variáveis de tipo de estrutura orgânica e auditoria

	Montante global no balanço a 31/12/2013 (milhões de KWZ)		
	<u>M (DP)</u>	<u>Teste estatístico</u>	<u>p-valor</u>
Estrutura orgânica da empresa			
Formal (n=24)	4.396 (10.620)	M-W=	,89

Informal (n= 5)	0.693 (1.224)	50,00	
Na empresa existe a preocupação em formar continuamente os seus colaboradores sobre as normas técnicas de auditoria			
Sempre (n= 14)	7.263 (15.194)		
Quando necessário (n= 27)	1.761 (4.154)	K-W= 0,43	,81
Nunca (n= 6)	31.964 (55.352)		
A empresa alguma vez contratou o serviço de auditoria externa			
Sim (n= 29)	7.112 (19.399)	M-W=	
Não (n= 7)	0.631 (1.609)	45,00	,02
Quais foram os motivos que estiveram na base desta contratação			
Exigências legais (n= 12)	0.801 (1.364)		
Medidas de controlo tomadas pelos acionistas, proprietários ou administradores da empresa (n= 15)	9.077 (24.548)	M-W= 74,00	,46

Nota: Nos motivos para contratação foram excluídas as opções ligadas a imposição de credores (n= 2) e outra (n= 0) por terem dimensão amostral reduzida, comparativamente com os restantes

H5- Empresas com capital aberto que têm a auditoria como base de transparência verificam um maior crescimento financeiro.

Por fim, foi ainda analisado o crescimento financeiro tendo em conta o capital aberto e auditoria (Tabela 9). Para tal, a exemplo da hipótese 1, foi utilizado um T-teste para uma amostra tendo em conta que a dimensão da amostra ($n > 30$) permitiu considerar o teorema do limite central e assim a normalidade da distribuição.

Relativamente à tabela 9, todas as suas afirmações obtiveram resultados estatisticamente significativos ($p < ,001$) acima do ponto médio da escala de concordância (3), sugerindo assim que os inquiridos concordam com as afirmações elencadas.

Ainda em relação a mesma tabela o valor mais elevado de concordância foi obtido na questão “Concorda que a transparência aumenta o valor da empresa no mercado de capitais e consequentemente atrai novos investimentos” (M= 4,58; DP= 0,61), seguido pela questão “Na sua opinião com a bolsa no activo em Angola terão pessoas mais instruídas e com capacidade de tomar decisões de carácter financeiro e económico mais concisas” (M= 4,25; DP= 0,85) e pelas questões “Em relação às DF’s, acredita que com a bolsa de valores no ativo as mesmas terão maior credibilidade” e “Considera que a existência de um mercado de capitais é de real importância para as empresas?” com (M= 4,22; DP= 0,75) e (M= 4,22; DP= 0,93) respetivamente.

Salientando que as questões com menor nível de concordância foram “Como dirigente, considera que as organizações de capital aberto possuem uma maior projeção e reconhecimento de todos os públicos com os quais ela relaciona-se, em relação as demais” (M= 3,95; DP= 0,97) e “Como dirigente, considera que as organizações de capital aberto possuem uma maior projeção e reconhecimento de todos os públicos com os quais ela relaciona-se, em relação as demais” (M= 3,82; DP= 0,90), que ainda assim obtiveram um nível de concordância bastante elevado.

Foi ainda calculado um índice médio referente a todas as questões analisadas, cuja consistência interna de 0,81 mostrou que estavam bastante relacionadas e faziam sentido enquanto resultado global, em que o índice médio de concordância relativo ao capital aberto foi de 4,18 (DP= 0,61).

Tabela 9: Teste T para análise da importância do capital aberto para as empresas

Questão	M	DP	T	p-valor
Considera que a existência de um mercado de capitais é de real importância para as empresas?	4,22	0,93	10,44	p<.001
Como dirigente, considera que as organizações de capital aberto possuem uma maior projeção e reconhecimento de todos os públicos com os quais ela relaciona-se, em relação as demais?	3,82	0,90	7,22	p<.001
Considera que a bolsa de valores é o local perfeito para captar recursos, buscar financiamento de projetos de crescimento tornando assim a empresa mais competitiva?	3,95	0,97	7.76	p<.001

Na sua opinião com a bolsa no activo em Angola terão pessoas mais instruídas e com capacidade de tomar decisões de carácter financeiro e económico mais concisas? 4,25 0,85 11,70 $p<.001$

Em relação às DF's, acredita que com a bolsa de valores no ativo as mesmas terão maior credibilidade? 4,22 0,75 12,93 $p<.001$

Concorda que a transparência aumenta o valor da empresa no mercado de capitais e consequentemente atrai novos investimentos? 4,58 0,61 20,96 $p<.001$

Resultado médio global 4.18 0.62 15.36 $p<.001$

Nota: alfa de Cronbach= 0,81

Para os fatores mais relevantes na maior projeção e conhecimento (Tabela 10) destacaram-se as opções “ganhar mais visibilidade” visto que 27 dos 65 inquiridos indicaram esta categoria como resposta, seguida pela opção “acompanhamento da comunidade” com a sua seleção por parte de 25 dos 65 inquiridos. É de notar que a distribuição de frequências desta variável foi estatisticamente significativa ($p<.001$), uma vez que as diferenças entre as frequências observadas e esperadas das referidas variáveis foram elevadas.

Tabela 10: Teste Qui-quadrado para análise dos fatores mais relevantes na maior projeção e conhecimento

	F. obs	F. esp	Diferença	Teste χ^2	p-valor
Ao facto de ganhar maior visibilidade	27	14,0	13,0	41,23	$p<.001$
Por ser regularmente mencionada nos meios de comunicação	3	14,0	-11,0		
Por ser acompanhada pela comunidade financeira	25	14,0	11,0		
Outra	1	14,0	-13,0		

No que concerne às DR's, a maioria dos inquiridos (48/65) considera que as mesmas são elementos importantes para a criação de preceitos que visam o acesso público, bem como assegurar a regularidade dos documentos a serem publicados ($p<.001$) (Tabela 11).

Tabela 11: Teste Qui-quadrado para análise da importância das DR's como elementos informativos para a criação de preceitos que visam o acesso público, bem como assegurar a regularidade dos documentos a serem publicados

	F. obs	F. esp	Diferença	Teste χ^2	p-valor
Sim	48	30,5	17,5	20,08	p<.001
Não	13	30,5	-17,5		

CAPÍTULO IV – CONCLUSÕES E LIMITAÇÕES

4.1 - Conclusões

O presente quadro económico tem sido alvo de constantes alterações, não só a nível nacional como também a nível internacional, impondo significativas abordagens no que concerne a informação financeira como fonte de conhecimento e saber, sem os quais a sobrevivência das instituições seria na sua maioria quase que impossível.

Os escândalos financeiros por um lado e o crescimento económico por outro lado desencadearam sucessivas situações que apontam para a necessidade de se prestar cada vez mais atenção ao exercício da auditoria financeira, no sentido de se manter a transparência das práticas organizacionais, devolvendo assim a confiança dos agentes económicos. Ainda em relação às boas práticas, é fundamental a existência de controlos internos de forma a auxiliar o profissional de auditoria no que diz respeito ao fundamento do seu relatório.

A economia angolana tem nos últimos tempos verificado crescimento significativo, embora com níveis um pouco mais baixos do que já se observou há alguns anos. Assim, do que foi analisado em relação a auditoria, podemos dizer que tal actividade tem sido agregada a boa gestão das instituições (infelizmente de forma ainda lenta) sendo esta em alguns casos associada a exigências feitas pelos investidores internacionais que com eles mantêm relações económicas, e em outros casos por mera medida de controlo organizacional.

Embora ainda estando muito aquém do esperado, podemos dizer que esforços têm sido desenvolvidos no sentido de dar para a auditoria a sua real importância, como é o caso da criação da BODIVA, que foi concretizada recentemente mas que ainda não se encontra em plena actividade.

Em Angola ainda existe a necessidade de criação e reforma no que se refere a legislação, pois as leis existentes relacionadas com a prática de auditoria são na sua maioria incipientes ou em alguns casos encontram-se meramente desfasadas, como é o caso do PGC e do CONTIF, embora esta última seja uma das legislações mais recentes e com convergência parcial com as práticas internacionais.

Por conseguinte, para o exercício da auditoria os profissionais devem estar devidamente registados no DNC e na OCPCA, devendo ainda ser dotados de experiência. É de salientar que a OCPCA teve o seu estatuto aprovado em 2010, mas em 2014 o mesmo sofreu alterações devido ao ligeiro desajuste de determinados pontos.

De uma forma geral, com base nos estudos feitos e com suporte aos questionários realizados, podemos dizer que as hipóteses propostas para responder à pergunta de partida foram confirmadas, excepto a questão relacionada com o conhecimento da função das auditorias, visto que, a maioria dos inquiridos conhece o real papel das auditorias. Assim, pudemos constatar que na generalidade os responsáveis pelas instituições consideram que a informação é um bem indispensável para a tomada de decisão, sem o qual grande parte das organizações não sobreviveria, bem como a utilização dos serviços do sistema do controlo interno.

No que concerne à prática da auditoria financeira, grande parte do empresariado angolano acredita que a mesma aumenta o grau de confiança dos utilizadores das informações por ela transmitida, embora ainda existam empresários que não conhecem a sua verdadeira função. Ainda em relação a auditoria, a sua prática é bem mais frequente em organizações de estrutura formal, com montantes globais do balanço e número de funcionários maiores, sendo esta contratada na sua maioria como medida de controlo tomada pelos accionistas.

Em relação às empresas de capital aberto, a maioria dos casos concorda que a transparência aumenta o valor da empresa junto do mercado de capitais, proporcionando uma maior visibilidade em que as suas DR's constituem elementos de real significância para que se possa estabelecer regras de divulgação pública.

Para um melhor quadro da auditoria na realidade angolana muita coisa ainda tem que ser feita, pois a transparência ainda não é um aliado inseparável do empresariado local e os profissionais da área ainda carecem de actualização no que toca a formação e experiência.

Apesar das suas condições económicas, Angola ainda está muita aquém dos padrões internacionais no que concerne ao desenvolvimento do país, pois ainda existem défices bastantes significativos não só a nível das fontes de receita do estado, mas também em relação a distribuição dos rendimentos, sistema contabilístico e a formação de quadros.

Assim, o que se espera de um futuro breve é que com a expansão económica e com os mecanismos criados a auditoria crie raízes, se desenvolva e dê muitos frutos. Ou seja, que o leque empresarial faça uso das suas técnicas de bom grado, de forma voluntária e fidedigna de maneira a atingir patamares de desenvolvimento desejáveis à semelhança dos países em que o seu desenvolvimento já se encontra em níveis de significativa importância.

4.2- Limitações

No decorrer da presente investigação várias foram as limitações com que nos deparámos, pois ao analisar um país rotulado de fechado, embora aberto para participações externas no que concerne ao investimento, a cedência de informação principalmente financeira não é um serviço fácil.

Angola por ser um país que teve a sua paz efetiva proclamada recentemente não possui base de dados, o que dificulta precisar os acontecimentos em termos de datas e deixa uma lacuna muito grande no que concerne a bibliografia dos mais diferentes assuntos.

Embora esteja em reconstrução, o país ainda tem os seus níveis de corrupção descritos como elevados, o que acarreta várias limitações no que tange ao fornecimento de certas informações de carácter público.

Em relação aos questionários, apesar de se garantir o anonimato das empresas inquiridas, verificou-se um certo receio por parte das mesmas em participar, alegando que as suas organizações não estavam disponíveis ou que não participavam em estudos académicos, independentemente da natureza do assunto.

Ainda no decorrer da mesma investigação constatámos que muitos dos endereços electrónicos (E-mail) fornecidos de forma pública pelas empresas, não existem ou encontram-se desatualizados, o que contribuiu para a morosidade na obtenção dos resultados.

O facto mais desanimador foi sem dúvida o número reduzido de questionários obtidos, pois numa primeira fase o mesmo foi enviado via mail para mais de 600 instituições das quais obtiveram-se apenas 5 respostas. Facto este que levou-nos à deslocação até Angola e mesmo dentro do território o obtido não foi o esperado.

Mediante divulgação do Instituto Nacional de Estatística (INE), a província de Luanda possui 10.205 empresas e estabelecimentos correspondendo a 55% das existentes no país. O presente estudo abrangeu cerca de 600 instituições fruto das limitações acima enunciadas. Ainda em relação ao mesmo apenas 65 instituições responderam aos questionários, não sendo possível deduzir conclusões para a população, mas que serviram de base para as conclusões apresentadas sobre a temática.

BIBLIOGRAFIA

- ARCENEGUI, J. A., GÓMEZ, I., & MOLINA, H. (2009). *Manual de Auditoría Financiera* . Spain: Descée.
- ATTIE, W. (2011). *Auditoria- Conceitos e Aplicações* . São Paulo : ATLAS S.A.
- BARATA, A. d. (1996). *Contabilidade Auditoria E Ética Nos Negócios* . Lisboa : Editorial Notícias .
- BELLETANTE, B. (1997). *DICIONÁRIO DA BOLSA E DOS MERCADOS* (1ª Edição ed.). (G. R. TINTO, Trad.) Lisboa: Plátano.
- BORGES, A., RODRIGUES, A., & MORGADO, J. (2002). *Contabilidade e Finanças para a Gestão*. Lisboa : Áreas Editora.
- CARVALHO, P. M. (Abril-Junho de 2013). Revista Revisores e Auditores. *Continuidade Estudo de um Caso*, p. 22.
- Contabilidade, P. d. (20 de Setembro de 2014). Manual de Auditoria Contábil. Auditoria- Conceitos- Objetivos. <http://www.portaldecontabilidade.com.br/guia/auditoria.htm>, Brasil.
- CORREIA, A. M., & Mesquita, A. (2014). *Mestrados e Doutoramentos- Estratégias para a elaboração de trabalhos científicos: desafio da excelência* (2ª ed.). Porto: Vida Económica.
- CORREIA, P. P. (1991). *Descolonização de Angola- a jóia da coroa do império português*. Lisboa : Inquérito .
- COSTA, A. C., & TORRES, M. d. (1996). *Controlo e Avaliação da Gestão Pública*. Lisboa : Rei dos Livros .
- COSTA, B. D., & ALVES, G. C. (2013). *Contabilidade Financeira* . Lisboa : Rei Dos Livros .
- COSTA, C. B. (s.d.). *Introdução à auditoria Contabilística* . Coimbra : Atlântida Editora .
- DANTAS, J., & Coelho, A. (2007). *O Jogo Do Futuro- Por uma competitividade sustentável*. Lisboa: Vida Económica.
- GOMES, E. (2007). *Temas de Contabilidade, Fiscalidade ,Auditoria, e Direito das Sociedades* . Braga: Candeias Artes Gráfica.
- GOMES, E. (Nº64 de Janeiro- Março de 2014). Revisores e Auditores. *A Importância do Controlo Interno no Planeamento de Auditoria*, p. 69.
- GUIMARÃES, J. F. (2011). *Estudos Sobre a Normalização Contabilística em Portugal* . Lisboa: Vida Económica .
- HILL, M. M., & HILL, A. (2012). *Investigação Por Questionário*. Lisboa: Edições Sílabo.
- MARIA, A. (2015). *Angola- Contributos À Reflexão*. Lisboa: Edições Colibri.

PEREIRA, A., & Poupá, C. (2012). *Como Escrever Uma Tese, Monografia ou Livro Científico Usando o Word* (5ª ed.). Edições Sílabo.

PESTANA, M. H., & Gageiro, J. N. (2008). *Análise de Dados para Ciências Sociais: A complementaridade do SPSS* (5ª ed.). Lisboa: Sílabo.

PINHEIRO, J. L. (2010). *Auditoria Operacional – Manual Prático para Auditores Internos*. Lisboa : Rei dos Livros .

SÁ, A. L. (2002). *Curso de Auditoria* . Brasil : Atlas .

SANTOS, A. C. (Outubro de 2012). A tributação do consumo em Angola: rumo à adoção do IVA? *OTOC*, p. 74.

Bibliografia Virtual em Ordem Cronológica

- Souza, Luiziane Agostine Alves de; Dyniewicz, Ana Maria Dyniewicz; Kalinowski, Luísa Canestraro. Auditoria: uma abordagem histórica e atual. *RAS* _ Vol. 12, No 47 – Abr-Jun, 2010. Recuperado em Setembro de 2014, de:

http://www.cqh.org.br/portal/pag/anexos/baixar.php?p_ndoc=207&p_nanexo=%20287;

- Manual de Auditoria Contábil. Auditoria- Conceitos- Objetivos. Portal de Contabilidade. Recuperado em 20 de Setembro de 2014, de:

<http://www.portaldecontabilidade.com.br/guia/auditoria.htm>

- Banco Mundial (Junho de 2013, nº1)- Angola Economic Update- Desenvolvimentos e questões económicas que moldam o futuro de Angola. Recuperado em Novembro de 2014, de: <http://www.worldbank.org/content/dam/Worldbank/document/Africa/Angola/angola-economic-update-june-2013-po.pdf>

- Pereira, Antônio Nunes. (2004). A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE INTERNO PARA GESTÃO DE EMPRESAS. Recuperado em 08 de Novembro de 2014, de file:///C:/Users/Wilma/Downloads/Pereira_2004_A-importancia-do-controle-inte_21866.pdf;

- Manual do Revisor Oficial de Contas- Directriz de Revisão/Auditoria 410- Controlo Interno (Maio de 2000). Recuperado em 8 de Novembro de 2014, em <http://www.infocontab.com.pt/download/DRA/DRA410.pdf>;

- Araújo, Francisco José de. Influência dos Controlos Internos no Trabalho do Auditor Independente. Recuperado em 10 de Novembro de 2014, de <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/UERJ/article/viewFile/1704/1525>;

- Wikipédia, a enciclopédia livre. Índice de Liberdade Econômica. Recuperado em Janeiro de 2015, de http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%8Dndice_de_Liberdade_Econ%C3%B4mica;
- PÚBLICO- Comunicação Social SA. (10/02/2015). Economia- Peso do petróleo nas receitas fiscais angolanas cai para 36,5% em 2015. Recuperado em 10 de Fevereiro de 2015, de <http://www.publico.pt/economia/noticia/peso-do-petroleo-nas-receitas-fiscais-angolanas-cai-para-365-em-2015-1685644>;
- ANGOP- Agência Angola Press. (18 Setembro de 2014). Angola: PCA do Porto de Luanda defende auditoria sistemática às empresas. Recuperado em 20 de Fevereiro de 2015, de http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/economia/2014/8/38/Angola-PCA-Porto-Luanda-defende-auditoria-sistemica-empresas,78737012-3c66-4e1a-ae95-3b2d2a3245c6.html;
- Kit de Sensibilização sobre o Rio Kunene. Angola desde a Colonização Europeia. Recuperado em 22 de Fevereiro de 2015, de: <http://www.kunenerak.org/pt/pessoas/people+of+the+basin/history+of+the+basin+people/angola+european+presence.aspx>;
- Portal Bancos de Angola. (08 de Abril de 2014). A bolsa de Valores e a BODIVA (Angola). Recuperado em 09 de Março de 2015, de <http://www.bancosdeangola.co.ao/bolsa-de-valores-bodiva-angola/>;
- Angolanos em Benelux. Angola- Bodiva. Recuperado em 09 de Março de 2015, de <http://www.angolanos-benelux.eu/bolsas-de-valores/angola-bodiva/>;
- Vítor Norinha (13 de Fevereiro de 2015). Pedro Pitta Groz, Presidente Da BODIVA: Mercado De Capitais Angolano Está Operacional. Dívida Pública Fará O Arranque. DIGITAL OJE, O Jornal Económico. Recuperado em 10 de Março de 2015, de <http://oje.pt/pedro-pitta-groz-presidente-da-bodiva-mercado-de-capitais-angolano-esta-operacional-divida-publica-fara-o-arranque/>;
- Embaixada da República de Angola em Portugal. Bolsa de Valores de Angola pretende equilíbrio entre investidores e emitentes. Recuperado em 14 de Março de 2015, de <http://www.embaixadadeangola.pt/bolsa-de-valores-de-angola-pretende-equilibrio-entre-investidores-e-emitentes/>;
- Sampaio, Júlio Ferreira de Almeida. (13 de Setembro de 2013). AUDITORIA E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL. XI CONGRESSO DOS REVISORES OFICIAIS DE

CONTAS DE PORTUGAL. Recuperado em 17 de Março de 2015, de <http://www.oroc.pt/fotos/editor2/XICongresso/Julio%20Sampaio.pdf>;

- Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola. A ORDEM. Recuperado em 20 de Março de 2015, de <http://ocpcangola.org/>;

- Neto, José Luiz Gouveia. (14 e 15 de Setembro de 2003). IV CONGRESSO DOS TOC UMA NOVA ATITUDE- A Contabilidade em Angola. Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas. Recuperado em 20 de Março de 2015, de: http://www.otoc.pt/fotos/editor2/003_angolaokfinal.pdf;

- Cavumbo, Mateus. (24 de Maio de 2013). Taxa fiscal em vigor é bastante equilibrada. Sapo- Economia e Finanças. Recuperado em 22 de Março de 2015, de <http://jornaldeeconomia.sapo.ao/entrevista/taxa-fiscal-em-vigor-e-bastante-equilibrada>;

- Angola Taxa de Crescimento do PIB. TRADING ECONOMICS. Recuperado em 24 de Março de 2015, de <http://pt.tradingeconomics.com/angola/gdp-growth>;

- Relatório do Desenvolvimento Humano 2013- A Ascensão do Sul: Progresso Humano num Mundo Diversificado. PNUD. Recuperado em 25 de Março de 2015, de <http://www.un.cv/files/HDR2013%20Report%20Portuguese.pdf>;

- Ranking: Transparência Internacional. Revista Lusofonia (03/12/2014). Recuperado em 30 de Março de 2015, de: http://revistalusofonia.pt/geral/artigo.php?id=ranking_transparncia_internacional;

- Manual do Revisor Oficial de Contas- Directriz de Revisão/Auditoria 300- Planeamento (Junho de 1999). Recuperado em 13 de Agosto de 2015 de <http://www.infocontab.com.pt/download../DRA/DRA300.pdf>;

- Manual do Revisor Oficial de Contas- Directriz de Revisão/Auditoria 320- Materialidade de Revisão/Auditoria (Junho de 1999). Recuperado em 13 de Agosto de 2015 de <http://www.infocontab.com.pt/download/DRA/DRA320.pdf>;

APÊNDICES

Exmo(a) Senhor (a) Presidente

Assunto: Envio e pedido de colaboração na resposta a questionário.

Na esfera do Mestrado de Gestão de Empresas, mas precisamente na Variante de Auditoria Contabilística, Económica e Financeira da Universidade Autónoma de Lisboa, encontro-me a elaborar a minha dissertação sob o tema “A Auditoria e a Informação Financeira num Contexto de Crescimento em Angola”.

Neste contexto, tenho a honra de solicitar a V.Ex.^a a colaboração dos Vossos serviços, para o preenchimento do questionário que se anexa. O mesmo deverá ser preenchido pelo responsável da área de auditoria interna ou, na sua inexistência, pelo profissional que na organização, tenha a seu cargo os serviços de controlo interno.

É de salientar que este questionário é de real importância para realização do presente trabalho, entendendo que o mesmo possui interesse significativo e prático para as organizações Angolanas.

Assim, muito apreciaríamos a sua resposta, o mais breve possível, para o endereço de correio electrónico abaixo indicado.

Pelo que será garantido o tratamento anónimo dos dados, ficando nós ao inteiro dispor de V. EX^a, para qualquer esclarecimento que se entenda necessário.

Agradecendo antecipadamente a atenção dispensada, ficando a aguardar a resposta tão breve quanto possível.

Lisboa, 15 de Abril de 2015

Atentamente

(Wilma Bravo)

Wilma Jandira Pereira Bravo

+351 967 416 048

Wilmabravo20@live.com.pt

Exmo(a) Senhor (a) Presidente

APRESENTAÇÃO

O presente questionário tem um duplo propósito. Por um lado, averiguar a necessidade da credibilidade da informação financeira não só a nível interno empresarial mais também a nível de todas as suas envolventes. Por outro lado, determinar que práticas e outros aspetos de auditoria, com destaque na auditoria económico-financeira, são realizadas pelas empresas públicas e privadas angolanas, e qual é a real importância que as mesmas empresas atribuem a tais práticas.

O questionário encontra-se dividido em cinco partes:

- A Parte I: consiste na recolha de dados para procedermos à caracterização das empresas;
- A Parte II: faz menção sobre a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras;
- A Parte III: está relacionada com a avaliação do sistema do controlo interno;
- A Parte IV: averigua a existência de auditoria interna e os seus procedimentos;
- A Parte V: sendo a última mas não menos importante, consiste na relação da auditoria e a bolsa de valores.

QUEM DEVE PRENCHER O QUESRIONÁRIO?

O questionário deve ser preenchido pelo responsável da área de Auditoria caso exista, ou pelo órgão responsável pelo controlo interno.

COMO PREENCHER O QUESTIONÁRIO?

Pensando na disponibilidade das pessoas, o presente questionário foi elaborado de formas a ser preenchido de forma breve e o mais simples possível, devendo o inquirido escolher a opção com que melhor se encaixe a sua realidade.

OBJETIVO PRINCIPAL DESTE QUESTIONÁRIO

Este questionário tem como objetivo obter Informações do Sector empresarial Público e Privado Angolano sobre os Sistemas de Controlo Interno e o Contributo da Auditoria nas empresas Locais a fim de identificar se o controlo interno e a pratica de auditoria dentro das empresa angolanas são adequados às exigências dos atuais níveis de crescimento económico face às boas práticas internacionais.

CONFIDENCIALIDADE

A confiabilidade é estritamente garantida, não sendo possível conferir as entidades ou pessoas individuais que colaboraram na pesquisa, e as informações obtidas servirão apenas para a apresentação dos resultados em termos de estatística.

A SUA COLABORAÇÃO É FUNDAMENTAL

Da sua colaboração está submetido o êxito da presente dissertação.

Muito Obrigada.

Questionário

1- Indique o nome, endereço e sector de actividade?

Setor de actividade?

- ☐ Saúde
- ☐ Transporte
- ☐ Utilities
- ☐ Banca, Seguros e Serviços Financeiros
- ☐ Comércio
- ☐ Construção
- ☐ Outra:

2- Que papel desempenha na empresa?

- ☐ Presidente
- ☐ Director Financeiro
- ☐ Responsável pela Auditoria
- ☐ Outra:

3-Quantos colaboradores possui atualmente na empresa?

4- Que montante global tinha o balanço a 31/12/2013? (Valores em Kwanzas).

5- Que estrutura orgânica possui a empresa?

Nota - Tendo em conta a escala abaixo, assinala a opção que representa a sua opinião quanto aos diferentes prognósticos relacionados com as questões que se seguem, sendo os mais altos representativos de sua concordância, conforme abaixo. Concordo totalmente (5); Concordo parcialmente 4); Não concordo nem discordo (3); Discordo parcialmente (2); Discordo totalmente (1).

6- A prestação de informação séria, fidedigna e credível é de real importância para os stakeholders?

1 2 3 4 5

☐	☐	☐	☐	☐
--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------

7-Na empresa quem é o órgão responsável pela elaboração das demonstrações financeiras?

- ☐ Órgão de gestão;
- ☐ Auditor.
- ☐ Outra:

8- As informações financeiras proporcionadas pelas DF's são de rápida compreensão para os utilizadores das mesmas?

1 2 3 4 5

☐	☐	☐	☐	☐
-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------

9- As DF's são fontes de informações necessárias para garantir a comparabilidade das informações financeiras a apresentar nos seus utentes?

1 2 3 4 5

☐	☐	☐	☐	☐
-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------

10- Considera que a informação financeira é preparada de modo a permitir o conhecimento da situação real da empresa?

1 2 3 4 5

☐	☐	☐	☐	☐
-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------

11- Qual dos factores considera mais relevante para assegurar a qualidade e credibilidade da informação?

- ☐ Independência das empresas de auditoria;
- ☐ Responsabilidade do auditor;
- ☐ Supervisão pública dos revisores;
- ☐ Aplicação das normas internacionais de auditoria;
- ☐ Outra:

12- É de opinião que as DF's desempenham um papel crucial na tomada de decisão, quer da empresa, quer de utilizadores da informação externos á entidade?

1 2 3 4 5

☐	☐	☐	☐	☐
-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------

13- Como membro da direção, considera que a auditoria aumenta o grau de confiança dos destinatários das DF's?

1 2 3 4 5

☐	☐	☐	☐	☐
-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------

14- Que papéis assumem os auditores neste processo?

- ☐ Preparam as DF's da empresa;
- ☐ Procuram detetar erros e fraudes inerentes às DF's;
- ☐ Expressam opiniões profissionais e independentes, baseadas em exames realizados às DF's da organização em causa;
- ☐ Outra:

15- A informação financeira é primordial porque:

- ☐ Permite uma maior visibilidade da empresa, atraindo novos investimentos;
- ☐ Nem sempre os detentores do capital são as pessoas responsáveis pela sua gestão;
- ☐ Quando é de tal maneira credível, permite aos seus utilizadores a obtenção de conclusões idóneas.

16- A empresa dispõe de Sistema de Controlo Interno (SCI)?

- ☐ Sempre;
- ☐ Quando necessário;
- ☐ Nunca.

17- O SCI é abrangente a todos os procedimentos organizacionais e administrativos da empresa?

- ☐ Sempre;
- ☐ Quando necessário;
- ☐ Nunca.

18- Caso a empresa não possua um SCI, faz parte do plano futuro da empresa a sua implementação?

- ☐ Sim
- ☐ Não

19- A definição dos princípios do SCI é de responsabilidade:

- ☐ Do órgão de gestão;
- ☐ De um ou mais directores do topo;
- ☐ De um organismo especialmente preparado para o efeito;
- ☐ Outra:

20- O SCI encontra-se sujeito a monitorização?

- ☐ Sim
- ☐ Não

21- Quem é o órgão responsável pela mesma monitorização?

- ☐ O órgão de administração;
- ☐ Um ou mais directores do topo;
- ☐ Um comité competente para o efeito;
- ☐ Outra:

22- Na empresa de que maneira é feito o controlo do SCI?

- ☐ Através de um contacto informal permanente;
- ☐ Através de reuniões periódicas;
- ☐ Através da exigência de relatórios pontuais;
- ☐ Outra:

23- A empresa possui órgão/ serviço de Auditoria Interna (AI)?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Nota: Responda a questão seguinte apenas caso tenha respondido não a questão anterior.

24- Por que razão na empresa não existe órgão/ serviço de AI?

- ☐ Insuficiência de meios técnicos;
- ☐ Falta de meios humanos com adequada formação;
- ☐ Não se entende como necessário;
- ☐ Outra:

25- Quando é que a empresa criou o Departamento de Auditoria Interna (DAI)?

26- Qual foi o acontecimento que deu origem a criação do DAI?

- ☐ Grau de organização;
- ☐ Mudanças no ambiente empresarial contemporâneo;
- ☐ Globalização;
- ☐ Aumento da complexidade organizacional;
- ☐ Competitividade;
- ☐ Avanço tecnológico;
- ☐ Exigência legal;

☐ Outra:

27- Na empresa quantos trabalhadores desempenham a função de AI?

28- Considera o número de auditores internos adequado à entidade?

☐ Sim

☐ Não

29- De que forma o órgão/ serviço de AI integra-se na empresa?

☐ Reporta ao Presidente do Conselho de Administração ou Diretor Geral;

☐ Reporta ao Comité de Auditoria;

☐ Reporta ao Departamento Financeiro;

☐ Reporta ao Conselho de Administração;

☐ Outra:

30- Na empresa existe a preocupação em formar continuamente os seus colaboradores sobre as normas técnicas de auditoria?

☐ Sempre

☐ Quando necessário

☐ Nunca

31- Na empresa todas as áreas são abrangidas pela AI?

☐ Sempre

☐ Quando necessário

☐ Nunca

32- Os objetivos do trabalho de auditoria interna são conhecidos pela entidade no seu todo?

☐ Sim

☐ Não

33- Existe na entidade um manual de procedimentos de suporte ao trabalho de AI?

☐ Sim

☐ Não

34- É verificada na empresa a independência da AI?

☐ Sim

☐ Não

35- A empresa alguma vez contratou o serviço de auditoria externa?

☐ Sim

☐ Não

36- Quais foram os motivos que estiveram na base desta contratação?

- ☐ Exigências legais;
- ☐ Medidas de controlo tomadas pelos acionistas, proprietários ou administradores da empresa;
- ☐ Imposição de credores;
- ☐ Compra/venda ou combinação(fusão, aquisição, cisa, etc,) da empresa;
- ☐ Outra:

37- Considera que a existência de um mercado de capitais é de real importância para as empresas?

1 2 3 4 5

☐	☐	☐	☐	☐
--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------

38- A empresa encontra-se registada na Comissão de Mercado de Capitais (CMA)?

- ☐ Sim
- ☐ Não

39- Caso a empresa esteja registada na CMC, a mesma encontra-se autorizada a realizar venda de acções ao público (distribuição pública de acções)?

- ☐ Sim
- ☐ Não

40- Como dirigente, considera que as organizações de capital aberto possuem uma maior projecção e reconhecimento de todos os públicos com os quais ela relaciona-se, em relação as demais?

1 2 3 4 5

☐	☐	☐	☐	☐
--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------

41- A que deve-se essa maior projecção e reconhecimento?

- ☐ Ao facto de ganhar maior visibilidade;
- ☐ Por ser regularmente mencionada na mídia;
- ☐ Por ser acompanhada pela comunidade financeira;
- ☐ Outra:

42- Considera que a bolsa de valores é o local perfeito para captar recursos, buscar financiamento de projetos de crescimento tornando assim a empresa mais competitiva?

1 2 3 4 5

()	()	()	()	()
-----	-----	-----	-----	-----

43- Na sua opinião com a bolsa no activo em Angola terão pessoas mais instruídas e com capacidade de tomar decisões de carácter financeiro e económico mais concisas?

1 2 3 4 5

()	()	()	()	()
-----	-----	-----	-----	-----

44- Em relação as DF's, acredita que com a bolsa de valores no ativo as mesmas terão maior credibilidade?

1 2 3 4 5

()	()	()	()	()
-----	-----	-----	-----	-----

45- Na empresa as DR's proporcionam informação necessária para a criação de preceitos que visam o acesso público, bem como assegurar a regularidade dos documentos a serem publicados?

() Sim

() Não

46- Concorda que a transparência aumenta o valor da empresa no mercado de capitais e consequentemente atrai novos investimentos?

1 2 3 4 5

()	()	()	()	()
-----	-----	-----	-----	-----

Muito Obrigada